

UMA TRADIÇÃO SECULAR: ESTÊVÃOS E LOURENÇOS CARDOSOS DE NEGREIROS

Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

Resumo: *Representação familiar dos Cardosos de Negreiros em São Paulo, do século XVII ao XIX. Observe-se a interessante tradição: dar aos primogênitos, alternadamente, os nomes **Estêvãos** ou **Lourenços**.*

Abstract: *Family representation of Cardosos de Negreiros at São Paulo, taking place from century XVII to XIX. An interesting tradition is observed: give to the first-borns, alternantly, the names **Estêvãos** or **Lourenços**.*

Uma das intenções deste trabalho é estudar um pensamento que para muitos se transformou em autêntico paradigma, proveniente do imaginário lusitano e que aliás persiste revigorado nos dias atuais: o de que não seria possível, trasladada uma família de Portugal para o Brasil, preservar a sua nobreza de acordo com os preceitos vigentes no Reino. Assim, pareceu oportuno pesquisar o comportamento no Brasil, por quase três séculos, de uma família que em Portugal gozava dos privilégios pertinentes à classe dos moços da Câmara e que inclusive tinha seus direitos regulamentados pelas Ordenações do Reino, muito embora essa classe fosse a menor na escala da nobreza. Verificaremos, no desenrolar deste artigo e na conclusão (p. 199) que em nenhum momento houve perda desta qualidade.

Mas o principal objetivo é o de resgatar uma antiga tradição na família **Cardoso de Negreiros**, com requintes de um pacto: o filho primogênito de um Lourenço chamar-se-ia Estêvão; o deste, Lourenço, e assim sucessivamente. Essa tradição não vem consignada em livros genealógicos, nem mesmo em documentos e sequer era do conhecimento dos próprios familiares. Eu a notei ao organizar a árvore de costados do Capitão Mor Estêvão, meu quarto avô duas vezes, por linhas femininas. De forma bastante clara, saltando aos olhos, percebia-se no gráfico de linhagem aquela alternância. A primogenitura masculina, dos Estêvãos e Lourenços, foi comprovada através de documentos, contrariando a ordem de nascimento que deram os genealogistas (como Silva Leme) que se ocuparam desses ramos.

O curioso é que, quando Lourenço, filho do capitão mor, não batizou o seu primogênito com o nome Estêvão, o fato em si ainda hoje é lembrado na família. Não foi possível averiguar o motivo, que poderia ter sido uma simples e temporária desavença¹ com o seu pai. Ou a quebra dessa tradição não estaria ligada a uma ruptura de responsabilidades que ele julgava incômoda e não quisera transmiti-la ao filho? A esse fato seguiu-se uma reação em cadeia para preservação do nome Estêvão, sendo que três netos do capitão mor receberam seu nome na pia batismal e, depois de adultos, dois assinaram Estêvão Cardoso de Negreiros e o terceiro Estêvão Leite de Negreiros. Providências que evidentemente não impediram o término da tradição.

Outra questão a ser discutida é sobre a origem do apelido Negreiros. Seria pelo tráfico de escravos? Não creio. A julgar pela precedência da preposição **de**, é bem aceitável que sua origem seja toponímica, ou melhor, proveniente de alguma localidade com essa denominação. Assim, no concelho de Barcelos, há uma freguesia com o nome de Santa Eulália de Negreiros e no concelho de Santo Tirso, as freguesias de São Mamede de Negreiros e a de São Tomé de Negreiros. Deve-se observar que o topônimo *Negreiros* pode resultar facilmente, por corruptela, em *Negreiros*. Há ainda a possibilidade do nome ter sido simplesmente adotado, prática nada incomum à época, caso em que cairiam por terra as teorias anteriores.

A família Negreiros em terras paulistas não é tão numerosa quanto seria de se supor, levando-se em consideração a sua antigüidade, principalmente porque suas primeiras gerações tiveram descendências pouco dilatadas. O tronco paulista, ou seja, o primeiro da família em São Paulo, foi Lourenço Cardoso de Negreiros. Na ausência de documentos primários que permitissem conhecer sua naturalidade e filiação, vali-me de informações ou pistas em publicações genealógicas antigas, como a de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) e a de seu contemporâneo, o Cônego Roque de Macedo Leme (1730-1828).

Taques, pesquisando em meados do século XVIII, teve acesso ao assento de casamento de Lourenço, que se realizou a 25 de agosto de 1629 na Sé de São Paulo, termo hoje perdido, onde teria declarado sua filiação e naturalidade. Esses dados deveriam estar transcritos na obra de Taques, nos títulos *Borges de Cerqueira* e *Mirandas*, famílias às quais os primeiros membros dos Cardosos de Negreiros se ligaram por casamento. Entretanto, estes títulos fazem parte do

¹ Teria havido um desentendimento entre o Capitão Mor e seu filho Lourenço. Esta é a versão de um 4º neto do Capitão Mor, José Estêvão de Almeida Prado, residente nesta cidade de São Paulo, colhida em entrevistas pessoais que manteve com sua avó paterna D. Letícia Cardoso de Negreiros. Ela era filha de outro Estêvão Cardoso de Negreiros e de sua mulher e prima irmã D. Umbelina de Assis Negreiros, ambos netos do capitão mor.

acervo da imensa obra de Taques que se extraviou no terremoto de Lisboa de 1755, ou perdidos por descaso dos que mantiveram a guarda dos seus papéis. Razão pela qual a única informação remanescente foi a constante do título *Campos*², onde nosso douto genealogista registrou que o tronco era natural da cidade de Lisboa, da freguesia de Loreto, onde fora morador na rua da Rosa das Partilhadas³ e a data de seu casamento.

Aproveitando-se de cópias do trabalho de Pedro Taques, o Cônego Roque de Macedo⁴, na elaboração das suas árvores de costados⁵, informa os nomes dos pais de Lourenço, o tronco, a saber, Estêvão Cardoso de Negreiros e Beatriz Pinheiro Lobato e mais, que Lourenço teria vindo para o Brasil em companhia de seu tio, Dom Frei Manoel Cardoso de Negreiros⁶, cavaleiro da Ordem da Malta, irmão ou primo de seu pai, aqui se casando a 25 de agosto de 1619 (sic) na Sé de São Paulo.

Com base nos elementos acima citados, somados às pesquisas realizadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em Portugal, e em diversos

² LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, 5ª ed. São Paulo: Ed. Itatiaia/ EDUSP. 1980. 3 volumes. Tomo II, p. 210.

³ Atual rua da Rosa, freguesia de N.Sª da Encarnação, no Bairro Alto, junto ao Chiado. A igreja da Encarnação fica defronte à de Loreto. Por diversos motivos (incêndio na de Loreto, destruição na da Encarnação por ocasião do terremoto de 1755, etc.), os assentamentos paroquiais de uma e outra freguesia estão misturados, compondo, praticamente, um corpo único, nos séculos XVII e XVIII.

⁴ Sou obrigado a reconhecer que, como também pensava o historiador Affonso de E. Taunay, editor de sua obra, não era o Cônego Roque um bom genealogista. De interessante há o que copiou de Pedro Taques e que, por vezes, nos serve de pistas.

⁵ Os originais do Cônego Roque se encontram na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro. Houve duas edições de sua obra: a 1ª, por iniciativa de Affonso de Taunay, publicadas de 1937 a 1938 na RIHGSP, vol. 32 a 34; nessa edição houve vários erros de impressão, inclusive transcrições paleográficas mal feitas. A 2ª, por iniciativa do Coronel Salvador de Moya, publicada em 1961 pelo Instituto Genealógico Brasileiro (BGB/IGB nº 10), sob o título: *As árvores de costados do Cônego Roque de Macedo Leme*, teve o propósito de comparar a 1ª edição com a obra de Silva Leme (*Genealogia Paulistana*), a qual foi adotada como padrão. Enfim, a obra do cônego Roque, apesar de limitada, está a merecer nova edição, fiel aos originais, acrescida de comentários e notas. A árvore dos Negreiros encontra-se no vol. 32, p. 189 e está conforme os originais.

⁶ Informação sem fonte de referência. Encontrei um Manoel Cardoso de Negreiros, sem nenhuma qualificação, servindo de testemunha em um casamento na Sé de São Paulo, em fevereiro de 1638, de uma parente, por afinidade, de Lourenço Cardoso de Negreiros (ACMSP, códice 1-3-15, fls. 13-v). Deve-se registrar que também houve, à mesma época, um Manoel Cardoso de Negreiros na Bahia (CG, 1ª ed., p. 93).

arquivos e publicações do Brasil, tem-se a seguinte representação familiar⁷ dos **Cardosos de Negreiros**:

I- ESTÊVÃO CARDOSO DE NEGREIROS nasceu por volta de 1574 e casou-se por volta de 1599 com BEATRIZ PINHEIRO LOBATO. Foram moradores na cidade de Lisboa, na freguesia de Loreto, na rua da Rosa das Partilhas. O nome de Estêvão Cardoso de Negreiros constou de uma escritura⁸ da cidade de Lisboa, no ano de 1625, onde foi qualificado como escrivão da Fazenda. Havia recebido mercê, de El-Rei D. Felipe II, de escrivão das Devassas da cidade de Lisboa (ver nota 1), a 26 de agosto de 1612, e a de distribuidor da Casa da Suplicação (ver nota 2), do mesmo monarca, a 24 de setembro de 1612, sendo qualificado, nessas mercês reais, como moço da Câmara d'El-Rei. Foram pais, que se descobriu através de documentos (ignoro se houve outros), de:

1 (II)- CAPITÃO LOURENÇO CARDOSO DE NEGREIROS, que segue.

2 (II)- CATARINA, batizada (ver nota 3) a 28 de maio de 1604 na freguesia de Loreto. Sem mais notícias.

II- CAPITÃO LOURENÇO CARDOSO DE NEGREIROS, o tronco dos Negreiros de São Paulo. Desconheço se era o filho primogênito. Nasceu na cidade de Lisboa, na freguesia de Loreto, onde foi batizado (ver nota 4) a 16 de agosto de 1602. Veio para o Brasil, aqui se casando a 25 de agosto de 1629 na Sé de São Paulo com ANTÔNIA BARRETO ou ANTÔNIA BORGES DE CERQUEIRA (SL, III, 524), nascida cerca de 1613 na vila de São Paulo, filha do português Gaspar Barreto e de sua mulher (casados cerca de 1611 na vila de São Paulo) Lucrécia Leme.

Gaspar Barreto, conforme seu inventário, era irmão de João Barreto e de Francisco Barreto (SL, III, 547), todos moradores na vila de São Paulo, onde serviram os honrosos cargos da república. Seus irmãos se casaram na Sé de São Paulo, a saber: Francisco, em janeiro de 1633 (ver nota 5) com sua concunhada Maria Borges, e João, no ano de 1635 (ver nota 6), com D. Maria (SL, I, 4)⁹. Consoante assentos de casamento dos dois

⁷ Representação familiar, ou chefia da casa, é o privilégio (título ou propriedade) que se transmite integralmente ao filho primogênito e, em sua ausência, à filha mais velha. Na falta desta e daquele, herda o sobrinho ou parente mais próximo. Em Portugal, ainda hoje, utiliza-se da representação familiar para o reconhecimento de títulos nobiliárquicos.

⁸ *Índex das Notas de Vários Tabeliães de Lisboa*, entre os anos de 1580 e 1747. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1931, tomo 1º, p. 38 e 39: em uma escritura das Notas do Tabelião Manoel Figueira da Silveira, às fls. 14-v.

⁹ Provavelmente a primeira **D. Maria** da vila de São Paulo. Recebia essa forma de tratamento porque era viúva de um homem nobre, o Capitão Frederico de Mello Coutinho,

irmãos, estes eram filhos de Francisco Barreto e de Beatriz Pinto, já falecidos em 1633, naturais e moradores que foram de Cabeço de Vide que é freguesia do concelho de Fronteira, distrito de Portalegre.

Gaspar Barreto era homem bem afazendado, mantendo negócios com vários moradores da vila de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro; fez testamento¹⁰ a 18 de maio de 1629 na vila de São Paulo, tendo nomeado por testamentários o irmão João Barreto e a mulher; este instrumento recebeu o “cumpra-se” a 8 de agosto de 1629; neste mesmo ano se fez inventário (a primeira folha do inventário, onde estaria o auto, está perdida). Lourenço Cardoso assinou haver recebido 86\$000 em dinheiro de contado da legítima de sua mulher, a 10 de agosto de 1631 na vila de São Paulo. A 21 de julho de 1633, na vila de São Paulo, estando o curador dos órfãos, João Barreto, de viagem para Angola, nomeou-se novo curador dos órfãos: o cunhado deles órfãos, Lourenço Cardoso de Negreiros. A 23 de junho de 1636, na vila de São Paulo, por estar ausente da Capitania de São Vicente, nomeou-se novamente curador dos órfãos o tio deles, João Barreto, conquanto a mulher do Negreiros, Antônia Barreto, continuasse a residir em São Paulo. Lourenço Cardoso prestou contas apenas em novembro de 1637. Lourenço foi também curador dos órfãos de seu cunhado Simão Borges Cerqueira¹¹, em 1640, quando afirmou que não assistia o mais do tempo na vila de São Paulo por causa de seus negócios e mercância e juntamente estar de caminho para fora, pelos quais motivos pedia para deixar de ser curador.

Lucrécia Leme, por sua vez, nasceu por volta de 1595 na vila de São Paulo. Viúva de Gaspar Barreto, casou-se segunda vez, com o Mestre de Campo Antônio Raposo Tavares, um dos maiores bandeirantes de São Paulo, viúvo de Beatriz Furtado de Mendonça, falecida em 1632. Lucrécia era filha do português Simão Borges (de) Cerqueira, tronco destes apelidos da vila de São Paulo e de sua mulher (casados cerca de 1595 na vila de São Paulo), a paulista Leonor Leme¹².

Lourenço Cardoso de Negreiros foi morador no bairro da Cotia (hoje município), na vila de São Paulo. Passou depois para a vila de São Vicente, sendo da sua governança nos anos de 1633¹³, 1650¹⁴ e 1653¹⁵.

descendente (com bastardia) dos Coutinhos, donatários da Capitania do Espírito Santo.

¹⁰ Inventários e Testamentos, volume 8, p. 21.

¹¹ Inventários e Testamentos, volume 13, p. 263.

¹² SL, II, 443; BARBAS, Manoel Valente. *Os Lemes, Tangidos para o Brasil pela História*. In: Revista da ASBRAP nº 3, pp. 61-94.

¹³ Registro Geral da Câmara de São Paulo, volume I, 517 (apenas se lê o último apelido).

No inventário de sua cunhada Isabel Borges¹⁶, vem citado no testamento que esta fez no ano de 1655. Foram pais, que se descobriu através de documentos (desconhece-se também a ordem de nascimento), de:

1 (III)- ESTÊVÃO CARDOSO DE NEGREIROS, que segue.

2 (III)- BEATRIZ, batizada a 2 de março de 1642 na Sé de São Paulo (fls. 9), sendo padrinhos Fernão Dias Leme e Catarina Camacho. Acreditava Silva Leme que ela fosse BEATRIZ PINHEIRO (teria seguido o nome de sua avó paterna), mulher do CAPITÃO PEDRO DA GUERRA LEME (SL, II, 206), natural da vila de São Paulo, falecido em 1697 em São Vicente, com testamento, moradores na vila de Santos, em terras do lugar denominado Cubatão. Com geração.

III- ESTÊVÃO CARDOSO DE NEGREIROS (SL, III, 524) nasceu cerca de 1640 na vila de São Paulo, no então bairro da Cotia. Casou-se por volta de 1668, provavelmente na vila de São Paulo, com MADALENA DE MIRANDA (SL, III, 137), nascida cerca de 1634 na vila de São Paulo, filha¹⁷ de Antônio Rodrigues (de) Miranda¹⁸ e de sua mulher (casados cerca de 1617, provavelmente na vila de São Paulo) Potência Leite (NPHG, II, 5; SL, III, 94)¹⁹, esta natural da vila de São Paulo.

¹⁴ Registro Geral da Câmara de São Paulo, volume II, 235.

¹⁵ Registro Geral da Câmara de São Paulo, volume II, 372.

¹⁶ DAESP, série de inventários e testamentos não publicados, nº de ordem 480, inventário de Isabel Borges, ano de 1655.

¹⁷ Sua filiação consta das árvores de costado do Cônego Roque de Macedo Leme, *in* Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, volume 32, p. 189. Provavelmente deve ter tido em suas mãos o título Mirandas, de Pedro Taques, já que este último, ao escrever sobre a mulher de Estêvão Cardoso, remete o leitor para o título Mirandas, capítulo 8º, § único, do qual título era tronco Antônio Rodrigues Miranda. É provável que a filiação de Madalena de Miranda tivesse sido comunicada, por tradição oral, a Pedro Taques por alguém da família. Consta o nome Madalena da relação dos herdeiros do inventário de Antônio Rodrigues Miranda e do testamento de Potência Leite, já como casada e inteirada do dote. Uma prova documental da filiação de Madalena de Miranda é o assento de óbito de seu irmão Sebastião Leite de Miranda (ACDJ, Lº nº 1 de óbitos de Itu, fls. 20), a 9 de outubro de 1710, onde constou que ele fez testamento e neste instrumento nomeou por testamenteiros: seus sobrinhos Francisco Rodrigues Penteadado com seu irmão João Corrêa, e a Lourenço Cardoso.

¹⁸ Seu inventário está publicado no volume 3 de Inventários e Testamentos, p. 3.

¹⁹ Potência Leite fez testamento a 16 de abril de 1685 na vila de São Paulo, pedindo para seu corpo ser sepultado na igreja matriz de São Paulo (Sé), na mesma cova de seu marido. Declarou ser natural da vila de São Paulo, filha de Pascoal Leite e de sua mulher Isabel do Prado, ambos já falecidos. Pediu para serem seus testamenteiros aos filhos Pascoal, João e

Estêvão e sua mulher passaram para a vila de Itu, então das mais pujantes, onde ele veio a falecer a 10 de abril de 1719 (ver nota 7) e ela a 1º de junho de 1711. Madalena de Miranda fez testamento²⁰ a 1º de junho de 1711 na vila de Itu, tendo rogado ao marido Estêvão Cardoso de Negreiros e ao filho Lourenço Cardoso de Negreiros que fossem seus testamenteiros. Seu testamento foi aprovado no mesmo dia, estando ela doente de cama. Em maio do mesmo ano seu testamento recebeu o “cumpra-se”. Acabou prestando contas do testamento o filho Lourenço, único herdeiro.

Estêvão Cardoso foi morador na vila de Itu, onde era “homem principal e dos bons da terra”, conforme veio qualificado no processo²¹ de habilitação de *genere et moribus* de Antônio Gil de Godoy, no ano de 1718. Neste processo ele declarou que morava em Itu havia mais de 40 anos; não assinou pelo impedimento das mãos. Estêvão Cardoso fez testamento²² a 10 de novembro de 1718 na vila de Itu, declarando naturalidade e filiação e que era irmão professo da Venerável Ordem Terceira do Carmo, na vila de Itu, em qual igreja pedia fosse sepultado. Rogou para serem seus testamenteiros ao Reverendo Padre Vigário Félix Nabor e ao filho Lourenço Cardoso. Das várias declarações em seu testamento, deve-se destacar que possuía um sítio no termo dessa vila, na paragem chamada Apotrebu, além do rio Tietê, com casas de telha de três lanços, com as terras que se encontrarem nas escrituras; uma morada de casas de dois lanços cobertos de telha na vila de Itu, no pátio da Matriz, fazendo o outão beco; passava as peças da administração (índios), “do gentio do cabelo corredio” para o filho Lourenço Cardoso, com a condição de administrar o gentio com caridade, ensinando-lhes a santa doutrina. A aprovação do testamento se deu a 12 de novembro do mesmo ano, na vila de Itu, termo da cidade de São Paulo, em pousadas do tabelião José Franco de Aguiar.

Sebastião Leite de Miranda. Deixou 11 filhos, sendo 4 machos e 7 fêmeas, todas casadas e inteiradas dos seus dotes. No dia seguinte, 17 de abril, este instrumento recebeu o “cumpra-se” na vila de São Paulo, data que pode ser considerada a de sua morte. A prestação de contas do testamento se deu a 17 de julho de 1703 na vila de Santana de Parnaíba (depositado no Arquivo Municipal de Taubaté Dr. Félix Guisard Filho). Por sua morte se fez auto de inventário (Inventários e Testamentos, XXII, p. 323) a 9 de setembro de 1689 na vila de Santana de Parnaíba, na paragem chamada Guaramiacanguaba, sendo que apenas herdaram os filhos machos porque as fêmeas já estavam inteiradas dos seus dotes.

²⁰ DAESP, n° de ordem 763, série de inventários do 1º Ofício. Não declarou filiação.

²¹ ACMSP, processo n° de 1-7-108, de habilitação de *genere et moribus*.

²² DAESP, série de inventários e testamentos não publicados, n° de ordem 505, prestação de contas ao testamento.

Seu testamento recebeu o “cumpra-se” a 11 de abril de 1719 em Itu. Seu filho Lourenço Cardoso apresentou contas do testamento no ano de 1722.

De Estêvão Cardoso de Negreiros e de sua mulher Madalena de Miranda nasceu filho único:

1 (IV)- CAPITÃO LOURENÇO CARDOSO DE NEGREIROS, que segue.

Filhos bastardos de Estêvão Cardoso de Negreiros, havidos de uma negra, conforme vem citado em seu óbito:

2 (IV)- GASPAR, sem mais notícias.

3 (IV)- MANOEL CARDOSO, natural da vila de Itu, onde faleceu a 24 de agosto de 1723 (ACDJ, Lº 1º de óbitos de Itu, fls. 32-v), constando como filho bastardo do defunto Estêvão Cardoso. Manoel não vem citado no óbito de seu pai.

4 (IV)- PAULO CARDOSO DE NEGREIROS²³ casou-se²⁴ a 12 de maio de 1720 na freguesia de Araçariguama, vila de Santana de Parnaíba, com JOANA BICUDO, filha de Antônio Bicudo e de Maria de Barros, naturais da mesma freguesia. Joana Bicudo faleceu²⁵ a 30 de novembro de 1740 em Araçariguama, tendo cerca de 40 anos de idade, sem testamento, por ser notoriamente pobre. Tiveram, pelo menos, os seguintes filhos: SEBASTIANA CARDOSO, nascida cerca de 1722 em Araçariguama, que em 1744 requereu dispensa matrimonial²⁶ para se casar²⁷ com BENTO DA ROCHA DA SILVA, natural da vila de Santana de Parnaíba, filho de João da Rocha Ribeiro e de Maria da Silva (já falecida em 1744); LOURENÇO CARDOSO BICUDO, batizado²⁸ a 18 de junho de 1728 na matriz de Araçariguama, onde constou ter nascido a 10 do mesmo mês, que se casou a 1º de janeiro de 1752 em Itu (matriz, 3º, fls. 74) com FRANCISCA DE SIQUEIRA, filha de Manoel Pires R.....to e de sua mulher Ana Maria de Siqueira; MARIA, batizada²⁹ a 16 de outubro de

²³ Do assento de casamento do filho, este constou apenas como filho natural de Estêvão Cardoso de Negreiros, já defunto, sem declarar o nome da mãe.

²⁴ ACMSP, códice 10-1-24, Lº de casamentos de Araçariguama, fls. 3

²⁵ ACMSP, códice 10-1-23, Lº nº 1 de óbitos de Araçariguama (1732-1779), fls. 9.

²⁶ ACMSP, processo nº 4-24-146, fls. 18.

²⁷ Casaram-se a 30 de setembro de 1744 na matriz da freguesia de Araçariguama (ACMSP, códice 10-1-47, fls. 87). Os pais da noiva já eram falecidos.

²⁸ ACMSP, códice 10-1-45, Lº 2º de batizados de Araçariguama, fls. 34-v

²⁹ ACMSP, códice 10-1-45, Lº 2º de batizados de Araçariguama, fls. 53.

1730 em Araçariguama, onde havia nascido a 9 do mesmo mês, conforme constou do seu batizado.

- IV- CAPITÃO LOURENÇO CARDOSO DE NEGREIROS (SL, II, 210) nasceu cerca de 1670 e casou-se, pela primeira vez³⁰, a 7 de janeiro de 1708 na matriz de Itu (ver nota 8), com MECIA CARDOSO DE CAMPOS (NPHG, II, 210; SL, I, 154), nascida cerca de 1685 na vila de Santana de Parnaíba, filha do Capitão Antônio Antunes Maciel (SL, I, 151) e de sua primeira mulher (casados cerca de 1670 em Santana de Parnaíba ou em São Paulo) Ana de Campos (NPHG, II, 207; SL, IV, 212). Mecia Cardoso faleceu (ver nota 9) a 16 de janeiro de 1713 em Itu.

Antônio Antunes foi batizado³¹ a 2 de fevereiro de 1648 na Sé de São Paulo. Fez testamento³² a 21 de março de 1717 em local não declarado, pedindo para serem seus testamenteiros ao genro, o Capitão João Paes Rodrigues e aos filhos José, João e Gabriel Antunes; pediu ainda para seu corpo ser sepultado na Igreja de São Francisco (acabou sepultado no Convento de São Luís de Itu). Declarou sua filiação e a de sua (primeira) mulher, Ana de Campos. Seu testamento recebeu aprovação a 23 de março de 1717 na vila de Itu, em suas casas de morada. O termo de abertura se deu a 15 de outubro de 1725 na vila de Itu, onde se deu a prestação de contas ao testamento, a 26 de setembro de 1726, tendo servido de testamenteiro o filho João Antunes Bicudo. Seu óbito (ver nota 10) foi registrado a 14 de outubro de 1725 na vila de Itu.

Ana de Campos foi batizada³³ a 4 de agosto de 1653 na Sé de São Paulo, filha do Capitão Felipe de Campos³⁴ e de sua mulher Margarida Bicudo. Ana de Campos fez testamento³⁵ a 22 de agosto de 1713 na vila de Itu, pedindo para serem seus testamenteiros ao marido, Antônio Antunes Maciel, ao filho José Antunes Maciel (que serviu de testamenteiro) e ao genro, o Capitão Lourenço Cardoso de Negreiros. Declarou sua filiação, ser natural da vila de São Paulo e que desejava que seu corpo fosse sepultado na igreja matriz da vila de Itu, junto ao altar de N.S^a do Rosário.

³⁰ Curiosamente, os avós dos noivos eram naturais da freguesia de Loreto.

³¹ ACMSP, L^o 1^o de batizados da Sé de São Paulo, fls. 46.

³² Inventários e Testamentos, volume 26, p. 425 em diante.

³³ ACMSP, L^o 1^o de batizados da Sé de São Paulo, fls. 88-v.

³⁴ BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral- *Discussão sobre a origem da família Campos*. In: Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro. São Paulo: IMESP, pp. 603 a 613, 1992.

³⁵ DAESP, n^o de ordem 768, da série de inventários do 1^o Ofício.

Declarou ainda que ela e seu marido possuíam, no bairro de Piraiá, em Itu, terras e casas de taipa de pilão cobertas de telha. A aprovação ao seu testamento se deu no mesmo dia, em suas casas de morada, estando doente de cama. O “cumpra-se” ao seu testamento, data que pode ser considerada a data de seu óbito, se deu a 24 de agosto de 1713 na vila de Itu, onde se deu a prestação de contas do seu testamento, a 4 de maio de 1715.

Lourenço esteve nas Minas Gerais, conforme se verifica em uma ordem³⁶ que se passou, a 21 de agosto de 1710, para que o juiz ordinário da vila de Guaratinguetá (então caminho para as Minas) quintasse o ouro que ele trazia. No ano de 1721 serviu a Câmara de Itu como vereador³⁷. Lourenço faleceu (ver nota 11) a 26 de março de 1730 na vila de Itu, já viúvo de sua segunda mulher, MARIANA LEITE (SL, IV, 417), com quem se casara a 2 de junho de 1716 na vila de Itu (ver nota 12), filha de Bartolomeu de Anhaya e de Maria Leite. Filhos do primeiro matrimônio:

1 (V)- ESTÊVÃO CARDOSO DE NEGREIROS, que segue.

2 (V)- ANTÔNIO CARDOSO DE CAMPOS nasceu em Itu, tendo sido batizado a 27 de setembro de 1712 na sua igreja matriz (1º, fls. 127). Passou para Goiás, onde foi capitão da cavalaria do regimento auxiliar das minas de Goiás e guarda mor das terras e águas mineiras do arraial de Crixás, onde serviu de juiz ordinário algumas vezes. Casou-se na Vila Boa de Goiás com D. QUITÉRIA BUENO LEITE DA SILVA (NPHG, III, 94; SL, II, 472), natural da freguesia de Araçariguama, vila de Santana de Parnaíba, com geração. Foram pais, entre outros, do TENENTE LOURENÇO CARDOSO DE NEGREIROS, natural da freguesia de N.S^a da Conceição dos Crixás, que em 1766 requereu dispensa matrimonial³⁸ para se casar com MARGARIDA DE CAMPOS BUENO (SL, I, 512), natural da vila de Goiás.

V- ESTÊVÃO CARDOSO DE NEGREIROS (NPHG, II, 210; SL, III, 525) nasceu na vila de Itu, onde foi batizado a 18 de agosto de 1711 na sua igreja matriz (ver nota 13). Ali foi morador e serviu os cargos da governança. Em Itu se casou, a 2 de dezembro de 1731, na matriz (ver nota 14), com D. MARIA DE SAMPAIO (SL, IV, 267), filha de José Pompeu de Almeida, mais tarde José Pompeu Ordonho (NPHG, I, 177; SL, IV, 267), natural da

³⁶ Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXI (editado em 1927), p. 311.

³⁷ DAESP, n° de ordem 292, Ordenanças de Itu.

³⁸ ACMSP, processo n° 5-7-744, fls. 37.

vila de Sorocaba e de sua primeira mulher³⁹ Rosa de Sampaio (SL, IV, 107), natural da vila de Santana de Parnaíba.

No recenseamento⁴⁰ de 1765, de Itu, o casal aparece com os filhos (à exceção de Lourenço). No ano seguinte, *idem*, vivendo de suas lavouras. No censo de 1773, em Itu, o casal mantinha 19 agregados e 4 escravos; possuía uma morada de casas na vila e um sítio, em que se estava estabelecendo, com previsão de colher 200 alqueires de milho e 5 de feijão; tinha ainda 8 cabeças de éguas, que dariam 5 de crias. No censo de 1775, na 2ª Companhia de Itu, o casal aparece como proprietário de casas na vila, com 5 escravos e um sítio, em que plantavam e colhiam 100 alqueires de milho e 20 de feijão e 10 arrobas de algodão, com 16 éguas e 5 crias. No censo de 1778⁴¹, ainda na 2ª Companhia, bairro de Itapucu, vivia com 4 escravos.

Recebeu provisão⁴², a 9 de agosto de 1733, de alferes da Companhia do Tenente Coronel Pedro Vaz de Campos, seu tio-primo. Estêvão Cardoso recebeu intimação⁴³, a 9 de setembro de 1775, do Governador da Capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, para mandar três de seus filhos, José de Campos, Antônio de Campos e Inácio de Campos, se apresentar a ele e se juntar na guerra dos portugueses contra os castelhanos no território do Rio Grande do Sul. Por ter mandado dois dos seus filhos, recebeu dele nova carta⁴⁴, passada a 13 de setembro do mesmo ano, louvando seu procedimento⁴⁵. Fez testamento⁴⁶ a 11 de junho de 1779 na vila de Itu, sendo senhor de terras no bairro de Itapucu, por compra que fez, onde vivia de suas lavouras, com a ajuda de 5 escravos; possuía ainda uma morada de casas de três lanços, ao pé da matriz nova. Seu testamento foi aprovado no mesmo dia, estando ele gravemente enfermo, mas em seu perfeito entendimento. No mesmo dia faleceu, e se deu o “cumpra-se” ao testamento, tendo sido sepultado na igreja de N.Sª do

³⁹ Casados a 20 de fevereiro de 1709 na matriz de Itu, fls. 26.

⁴⁰ DAESP, nº de ordem 71, maços de população de Itu.

⁴¹ DAESP, nº de ordem 71, maços de população de Itu.

⁴² DAESP, nº de ordem 361, Lº nº 5 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 139-v.

⁴³ Documentos Interessantes, volume 74, p. 106.

⁴⁴ Documentos Interessantes, volume 74, p. 118.

⁴⁵ Na prática, Lourenço Cardoso foi forçado a mandar dois de seus três filhos, porque se não o fizesse, poderia ser preso, prática freqüente de Martim Lopes, que exercia o cargo com grande despotismo.

⁴⁶ DAESP, nº de ordem 554, da série de inventários e testamentos não publicados, prestação de contas.

Carmo. O óbito foi lavrado no dia seguinte nos livros paroquiais de Itu (ver nota 15). O filho José de Campos serviu de testamenteiro, cabendo-lhe a tarefa de cumprir uma promessa não cumprida de seu pai: fazer uma romaria ao Senhor Bom Jesus do Iguape e doar 50 varas de pano de algodão aos pobres das praias.

As terras situadas no bairro de Itapucu foram doadas por D. Maria de Sampaio a seu filho Lourenço Cardoso de Negreiros, em escritura de 8 de dezembro de 1792 na vila de Itu, em sua própria residência, o que originou uma demanda cível, iniciada em 1803, entre José de Campos Negreiros e os herdeiros de seu irmão Lourenço Cardoso de Negreiros. O motivo é que essas terras pertenciam a D. Maria de Sampaio por meação (e não inteiramente), herança de seu marido Estêvão Cardoso. Além dessas terras em Itapucu, possuíram outras no mesmo bairro, que pertenceram a Lourenço (do IV) e depois ao seu filho Estêvão (do V), o qual as vendeu para o Dr. Antônio José de Sousa e sua mulher D. Gertrudes Celi-dônia; destas terras houve demanda cível⁴⁷ entre os compradores (autores da ação) e José do Amaral Gurgel e sua mulher D. Inácia de Almeida Leite (os réus). Os autores acusavam os réus (que moravam na banda d'além rio Tietê) de terem aberto um porto em suas terras, às margens do rio Tietê.

Foram pais de:

- 1 (VI)- MARIA DE CAMPOS CARDOSO, batizada a 4 de dezembro de 1732 na matriz da vila de Itu (fls. 113), tendo sido seus padrinhos José Pompeu Castanho e sua mulher Isabel de Sampaio. Vivia de suas lavouras em Itu, no estado de solteira, quando foi ouvida a 23 de março de 1789, por ocasião da citada demanda cível.
- 2 (VI)- MECIA DE CAMPOS CARDOSO, nascida a 24 de fevereiro de 1734, foi batizada a 3 de março seguinte na matriz da vila de Itu (fls. 132). Foram seus padrinhos Pedro Vaz (filho família de André de Sampaio) e Ana de Sampaio (filha família de José Pompeu de Almeida). Vivia de suas lavouras em Itu, no estado de solteira, quando foi ouvida a 23 de março de 1789, por ocasião da demanda cível. Já era falecida no ano de 1803. Conforme se vê no inventário de seu irmão Lourenço Cardoso de Negreiros, declarou, em 1801, que vendera a ele uma porção de terras no bairro de Itapucu, que lhe coubera por partilha que se fez por falecimento de

⁴⁷ DAESP, nº de ordem 3406, Autos Cíveis, processo nº 3151, ano de 1788.

sua mãe Maria de Sampaio e outra porção que lhe coube como herdeira de seu irmão Inácio Cardoso.

- 3 (VI)**- LOURENÇO CARDOSO DE NEGREIROS, que segue.
- 4 (VI)**- ANTÔNIO ANTUNES DE CAMPOS, batizado a 21 de agosto de 1738 na matriz da vila de Itu (fls. 10-v e 11), tendo por padrinhos José Pompeu Castanho e Maria de Campos. De acordo com o inventário de seu pai, era morador nas Minas do Mato Grosso no ano de 1780.
- 5 (VI)**- JOSÉ DE CAMPOS NEGREIROS (ou JOSÉ DE SAMPAIO) nasceu em Itu, onde foi batizado a 4 de abril de 1741 (fls. 46), tendo sido seus padrinhos Antônio Ferraz de Arruda e Maria de Jesus. Casou-se a 4 de junho de 1783 em Itu (matriz, 6º, fls. 100-v), com processo de dispensa matrimonial⁴⁸ corrido no ano de 1782 em Itu, com sua prima (por cinco vias!) D. MARIA DE CAMPOS MONTEIRO (SL, IV, 61), nascida em Itu, onde foi batizada a 15 de junho de 1760 (4º, fls. 53-v) e falecida em 1818 em Porto Feliz. Foram pais, entre outros, de JOSÉ DE CAMPOS NEGREIROS, nascido cerca de 1783 em Itu, agrimensor em Piracicaba, onde se casou a 7 de julho de 1814 com ANA JOAQUINA PINTO ARRUDA (ou Ana Flor), falecida a 20 de dezembro de 1846 em Piracicaba, onde fezera testamento a 23 de novembro do mesmo ano, do qual matrimônio nasceu JOAQUIM DE CAMPOS NEGREIROS⁴⁹, nascido cerca de 1825 em Piracicaba, falecido a 8 de abril de 1908 em Jaú, SP, tendo recebido o título de Barão da Cruz Alta a 14 de junho de 1887 e anteriormente o grau de comendador da Ordem da Rosa a 17 de dezembro de 1881, casado a 13 de setembro de 1856 na cidade do Rio de Janeiro (São José, fls. 97-v) com D. Maria Luiza dos Santos Ribeiro (1840-1893).
- 6 (VI)**- FRANCISCO, batizado a 17 de julho de 1743 em Itu (matriz, 4º, fls. 85). Sem mais notícias.
- 7 (VI)**- TERESA CARDOSO (na dúvida). Consta da mesma ação cível. Em 1789 tinha 40 anos de idade. Era solteira e moradora na vila de Itu, onde vivia de suas lavouras.
- 8 (VI)**- INÁCIO CARDOSO DE NEGREIROS, nascido a 27 de março de 1749, tendo sido batizado a 31 do mesmo mês na matriz da vila de Itu (fls. 184-v). Era soldado das ordenanças da vila de Itu no ano de

⁴⁸ ACMSP, processo de dispensa matrimonial nº 5-72-1481.

⁴⁹ Devo a identificação do Barão de Cruz Alta à gentileza de seu descendente, Eduardo Dias Roxo Nobre, auxiliado que foi pela Profª Maria Celina Exner Godoy Isoldi.

1780. Ouvido a 27 de março de 1789 na cidade de São Paulo, foi qualificado como soldado da Legião de Voluntários Reais da Cidade de São Paulo. Faleceu⁵⁰ a 7 de junho de 1799 em Itu, de hidropisia, solteiro, com aproximadamente 40 anos de idade (quando teria 50), com testamento. Enterrado na igreja matriz, envolto no hábito da ordem de São Francisco.

VI- LOURENÇO CARDOSO DE NEGREIROS (SL, III, 525) nasceu na vila de Itu, onde foi batizado (ver nota 16) a 17 de abril de 1736 na sua igreja matriz. Cedo deixou o lar paterno, tendo ido viver provavelmente em Goiás, certamente atraído por um convite de seu tio Antônio Cardoso de Campos. Esta proximidade o fez se casar com uma parente da mulher de seu tio, sendo ambas descendentes de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, tido como o primeiro descobridor de ouro em Goiás. Assim, casou-se (ver nota 17) a 13 de abril de 1779 na matriz da freguesia de N.S^a do Rosário de Meia Ponte (atual Pirenópolis, GO), com D. MARIA LEITE DE ARAÚJO (SL, II, 550), nascida cerca de 1759 na freguesia de Santa Cruz de Goiás, onde foi batizada, filha de Antônio de Godoy Moreira Leite e de sua mulher⁵¹ Ana Leite de Siqueira, ou Ana de Siqueira Leite, natural de Santa Cruz de Goiás, então capitania de São Paulo.

Antônio de Godoy antes se chamava Antônio de Araújo Ferraz⁵² e nasceu por volta de 1722 em Pindamonhangaba. Foi morador em Meia Ponte (atual Pirenópolis, GO), onde possuía um sítio denominado *Baião*, hoje em terras do município de Corumbá (de Goiás), distando três léguas da matriz de Meia Ponte, a igreja de N.S^a do Rosário. Faleceu, no estado de viúvo, com testamento solene, a 17 de março de 1805 em Meia Ponte (ver nota 18), tendo sido sepultado na igreja matriz. D. Maria Leite de Araújo era prima irmã do Frei Antônio de Santana Galvão, beatificado pelo Vaticano em outubro de 1998, quando se tornou o primeiro beato brasileiro, de nascimento.

Cerca de 1789, quando Meia Ponte atravessava séria crise, provocada pelo esgotamento das minas auríferas, Lourenço e sua família transferiram residência para Itu, mais exatamente para o bairro de Itapucu. No ano seguinte, também de Goiás para Itapucu, vieram os membros da família de seu cunhado Alexandre Barbosa de Andrade⁵³. No recenseamento

⁵⁰ ACDJ, L^o n^o 4 de óbitos de Itu, fls. 131.

⁵¹ Casados no ano de 1755 em Pindamonhangaba.

⁵² RGB/IGB, ano I, n^o 2, p. 427.

⁵³ Casado com D. Custódia Maria Leite, irmã de Maria Leite de Araújo. No ano de 1792

de Itu de 1790, constou que Lourenço possuía um engenho de açúcar e 19 escravos e era morador no bairro de Itapucu (6ª esquadra), com três filhos: Estêvão, de 8 anos, Francisco, de 4 e Ana, de 1. Fazem parte dos censos seguintes, de 1791, 1792, 1793, 1794, 1796 e 1798, sempre moradores no bairro de Itapucu. No de 1798, como senhor de engenho, com 22 escravos, produziu 800 arrobas de açúcar fino, 200 do redondo e 50 do mascavo, tendo feito 30 canadas de aguardente. Por morte de Lourenço, fez-se o auto de inventário⁵⁴ a 10 de junho de 1803 em Itu. D. Maria Leite sobreviveu muitos anos ao marido, tendo falecido (ver nota 19) a 29 de março de 1839 em Rio Claro, para onde se transferira acompanhando seu filho o Capitão Mor Estêvão.

Viúva, D. Maria Leite ficou à testa dos negócios e do engenho de açúcar. No recenseamento de 1809 de Itu, sua propriedade fazia parte da companhia de ordenanças do Capitão Felipe de Campos; senhora de engenho, com 22 escravos, produziu 400 arrobas do açúcar fino, e 100 do redondo. No censo de 1810 em Itu, senhora de engenho, com 16 escravos, produziu 200 arrobas de açúcar fino, 60 do redondo e 40 do mascavo. No ano de 1811, senhora de engenho, com 22 escravos, produziu 300 arrobas do açúcar fino, 60 do redondo e 40 do mascavo, tendo feito 20 canadas de aguardente. No censo de 1812 em Itu, senhora de engenho, com 18 escravos, produziu 180 arrobas de açúcar alvo, 40 do redondo e 15 do mascavo, tendo feito 12 canadas de aguardente. No ano de 1817, esta foi a produção da fazenda da viúva D. Maria Leite, conforme os censos de Itu⁵⁵: 260 arrobas do açúcar alvo, 100 arrobas do açúcar redondo, 20 arrobas do açúcar mascavo; fazia 25 canadas de aguardente e plantava mantimentos para seu gasto, com a ajuda de 10 escravos. A propriedade de D. Maria Leite de Araújo foi arrolada no Tombamento⁵⁶ dos Bens Rústicos da vila de Itu, que se fez na vila de Itu no ano de 1818, como senhora da fazenda Itaguaçava, onde residia, adquirida por herança, medindo 600 braças de testada por 1.500 braças de fundo (cerca de 148 alqueires paulistas), com engenho e fábrica de açúcar; plantava canas e mantimentos; possuía 20 escravos. A 27 de fevereiro de 1835, na vila de Itu, em suas casas de morada, sendo tabelião Joaquim Pinto de Arruda, D. Maria Leite de Araújo

Alexandre e sua família já estavam em Campinas, de onde foi o primeiro juiz ordinário da localidade, ereta vila no ano de 1797.

⁵⁴ Museu Republicano Convenção de Itu, ano de 1803. Infelizmente seu processo está bastante danificado, com as páginas coladas, não sendo possível sua leitura.

⁵⁵ DAESP, n° de ordem 78, Maços de População de Itu.

⁵⁶ DAESP, n° de ordem CO 9868, Bens Rústicos de Itu, lançamento n° 54.

passou escritura⁵⁷ de venda de umas terras no bairro de Apotrebu, em Itu, pela quantia de 3:200\$000. Essas terras ela possuía por título de arrematação em uma execução movida ao defunto Inácio Gonçalves, cujos campos partiam da parte de baixo com terras do sítio do Pau d'Alho, pertencente à família de Carlos Mariano, na barra de um córrego que fazia barra com o rio Tietê, no lugar denominado o Taboão, a rumo do sudoeste até entestar com as terras pertencentes ao Convento do Carmo; na parte de cima partia com terras de Pedro Leme e terras da agora compradora (D. Maria Leite do Amaral), começando da barra do córrego que faz barra no Tietê no lugar do Morro Vermelho, daí a rumo do Sudoeste até entestar nas mesmas terras do Convento do Carmo.

Foram pais de:

- 1 (VII)- CAPITÃO MOR ESTÊVÃO CARDOSO DE NEGREIROS, que segue.
- 2 (VII)- FRANCISCO, soldado miliciano em 1809 em Itu.
- 3 (VII)- D. ANA XAVIER LEITE nasceu cerca de 1789 em Vila Boa de Goiás e faleceu em 1839. Casou-se a 16 de junho de 1812 em Itu (matriz, 8º, fls. 113-v), tendo antes promovido dispensa matrimonial⁵⁸ para se casar com o CAPITÃO MANOEL JOAQUIM BUENO DE AZEREDO (SL, I, 411), seu primo e concunhado, nascido cerca de 1792 em Itu, com geração.
- 4 (VII)- D. MARIA CAETANA DE SAMPAIO nasceu na vila de Itu, tendo sido batizada⁵⁹ na sua igreja matriz a 7 de novembro de 1790, pelo Reverendo Padre José de Campos, seu parente. No ano de 1810 requereu banhos⁶⁰, com dispensa de casamento, por ser parente do noivo, JOÃO BUENO DE CAMARGO (SL, I, 411), natural de Itu, onde foi batizado na sua igreja matriz a 29 de agosto de 1788. O casamento se deu a 2 de outubro de 1810 na matriz de Itu (fls. 95-v e 96). João Bueno casou-se, segunda vez, a 6 de março de 1816 em Itu (matriz, fls. 95-v), com Ana Gertrudes de Almeida Campos, viúva de Antônio Pacheco da Silva. João deixou geração dos dois casamentos.

⁵⁷ Lº nº 33, fls. 152 a 153, 1º Cartório de Notas de Itu, sob a guarda do Museu e Arquivo Histórico Municipal de Itu e depositado na Biblioteca Municipal Professor “Olavo Valente de Almeida”.

⁵⁸ ACMSP, processo de dispensa matrimonial nº 8-56-4156.

⁵⁹ ACDJ, Lº nº 7 de batizados de Itu, fls. 71.

⁶⁰ ACMSP, processo de dispensa matrimonial nº 8-35-3873

5 (VII)- D. FRANCISCA DE ASSIS LEITE NEGREIROS nasceu na vila de Itu, onde foi batizada⁶¹ a 28 de dezembro de 1792. Faleceu a 29 de abril de 1844 em Limeira. Casou-se, pela primeira vez, cerca de 1815, provavelmente em Campinas, com o CAPITÃO MANOEL FERRAZ DE CAMPOS (SL, IV, 31)⁶², um dos fundadores da cidade de Limeira, viúvo de Ana Bueno de Camargo. Falecido o Capitão Manoel cerca de 1827 em Piracicaba, ela se casou segunda vez, entre 1829 e 1830, com o português ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA GORDO⁶³, nascido cerca de 1804 em Valença do Minho, falecido a 27 de novembro de 1868 em Santos, estando sepultado no Cemitério do Paquetá. Antônio José e sua mulher D. Francisca passaram procuração, feita em sua fazenda, Santo Antônio da Glória, em Limeira, para que se procedesse a venda⁶⁴, a 8 de outubro de 1837, de terras no bairro de Itapucu, em Itu, que lhe couberam por morte do seu sogro e pai Lourenço Cardoso de Negreiros. O comprador foi o cunhado deles, o Capitão Manoel Joaquim Bueno, pelo preço de 330\$000. Silva Gordo casou-se segunda vez⁶⁵ a 11 de fevereiro de 1845 com D. Ana Brandina de Barros⁶⁶, depois de casada Ana Brandina de Barros

⁶¹ ACDJ, L° n° 7 de batizados de Itu, fls. 117-v.

⁶² O Capitão Manoel Ferraz de Campos e D. Francisca de Assis Leite Negreiros foram avós do Presidente da República do Brasil, Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles.

⁶³ Pelo seu tipo físico, o apelido foi incorporado ao nome, dando origem à família Silva Gordo. Antônio José da Silva Gordo era filho de pai incógnito e de Mariana Afonso da Silva. Foi administrador de uma fazenda do Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão e depois o foi da fazenda de D. Francisca de Assis, certamente apresentado pelo Capitão Mor Estêvão. Conta-se que, por 1829, Antônio pediu a mão da filha de D. Francisca em casamento, ao que ela respondeu que quem precisava se casar era ela e não a filha, o que logo se concretizou. Próspero fazendeiro em Piracicaba, transferiu residência para Santos, onde foi capitalista, financiando negócios ligados ao café, inclusive exportação. As informações sobre este casal são creditadas ao amigo Luiz Carlos Sampaio de Mendonça, descendente do primeiro casamento de Silva Gordo, com a eficiente colaboração de Jair Toledo Veiga, pesquisador piracicabano.

⁶⁴ L° n° 35, fls. 87-v a 89-v, 1° Cartório de Notas de Itu, sob a guarda do Museu e Arquivo Histórico Municipal de Itu e depositado na Biblioteca Municipal Professor “Olavo Valente de Almeida”.

⁶⁵ De Antônio José da Silva Gordo e D. Ana Brandina de Barros foi genro o Presidente da República do Brasil, o Dr. Prudente José de Moraes Barros.

⁶⁶ SL, IV, 17; GRELLET, J. Almeida. *Genealogia da Família Gomes Carneiro*. Campinas, 1973, p. 26.

Silva, natural de Itu, falecida a 23 de julho de 1916 em São Paulo.

6 (VII)- MANOELA PERPÉTUA LEITE, batizada⁶⁷ em junho de 1794 na matriz de Itu, onde se casou, a 11 de março de 1837 (matriz, 10º, fls. 23), com JOSÉ PAES DE ARRUDA (ou DE ALMEIDA) (SL, IV, 489).

VII- CAPITÃO MOR ESTÊVÃO CARDOSO DE NEGREIROS nasceu cerca de 1781 na vila de Meia Ponte (Capitania de Goiás) onde teria sido batizado⁶⁸. Casou-se, primeira vez (ver nota 20), sem deixar filhos, a 4 de outubro de 1804, na cidade de São Paulo, na capela de Santo Antônio, com D. FRANCISCA EMÍLIA RODRIGUES⁶⁹. Antes, requereram banhos no mesmo ano de 1804 na cidade de São Paulo; neste processo⁷⁰ Estêvão declarou ser natural da freguesia de Meia Ponte de Goiás, bispado do Rio de Janeiro e que fora, acompanhando seus pais, de menor idade para a vila de Itu com a idade de mais ou menos oito anos, tornando-se freguês de Itu. Pediam licença para que o matrimônio se realizasse na capela de Santo Antônio, sendo-lhes passada provisão para se casarem “antes de sair o sol”. Entre os noivos havia uma diferença de idade pouco comum à época: ela, com 30 anos e ele com 23, ou seja, ela era 7 anos mais velha que ele.

D. Francisca era natural da cidade de São Paulo, onde foi batizada a 25 de fevereiro de 1774, na Sé, tendo por padrinho o Padre Manoel Mendes de Almeida, vigário de Santana de Parnaíba. Era filha órfã do português Manoel Rodrigues Jordão e de sua mulher Ana Eufrosina da Cunha e irmã do Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão⁷¹, influente político do Primeiro Império, que tirou brasão d’armas (ver nota 21) no Cartório de Nobreza de Portugal. Esta proximidade com o Brigadeiro Jordão pode explicar a mudança de Negreiros para Piracicaba, onde Jordão tinha interesses político-econômicos e foi um dos responsáveis pelo progresso da região.

⁶⁷ ACDJ, Lº nº 7 de batizados de Itu, fls. 151.

⁶⁸ Seu batizado não foi trasladado no processo de banhos que se fez por ocasião de seu primeiro casamento. Tampouco foi localizado nos livros paroquiais de Pirenópolis.

⁶⁹ SL, I, 212; BROTERO, Frederico de Barros. *A Família Jordão e seus afins*. São Paulo : Indústria Gráfica Bentivegna, 1948, p. 169.

⁷⁰ ACMSP- processo nº 7-42-2954, de dispensa matrimonial, fls. 1 em diante.

⁷¹ Ver um ensaio biográfico do Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, de autoria de Laurindo Minhoto Júnior, na RIHGSP, XXV, p. 201. Em sua homenagem assim se denomina Campos do Jordão, cidade do Estado de São Paulo, por ali possuir extensa sorte de terras.

O casal viveu inicialmente na cidade de São Paulo, constando dos maços de população nos anos de 1804 e 1805, sempre recenseado⁷² na 2ª Companhia, observando-se que Estêvão vivia do seu negócio de fazenda seca e possuía 6 escravos. Na qualidade de cidadão atuante de São Paulo, Estêvão Cardoso ingressou⁷³ a 8 de setembro de 1805 na Irmandade de São Miguel e Almas (Paróquia da Sé). No ano de 1808 já aparece nos recenseamentos de Itu, como administrador dos dízimos da dita vila, possuindo 11 escravos; em 1809, já viúvo, administrador dos dízimos, com 16 escravos. Sua mulher havia falecido (ver nota 22) a 10 de fevereiro de 1809 em Itu, com o nome de D. Francisca Augusta Rodrigues, com 40 anos de idade (a idade correta seria 35), de parto. A criança não chegou a nascer.

Fez carreira nas tropas milicianas, denominadas de segunda linha das forças militares do Brasil e de Portugal. Embora não fosse militar, já que não recebia soldo algum, gozava de todas as honras, graças, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que os postos militares ofereciam. Já aos 18 anos de idade, a 16 de julho de 1798, recebeu carta patente⁷⁴ de alferes da Companhia de Granadeiros do Regimento de Infantaria de Milícias de Sertanejos da vila de Itu. A 10 de maio de 1802 foi promovido⁷⁵ a tenente da 1ª Companhia de Fuzileiros do Regimento de Infantaria Milicianiana de Sertanejos da vila de Itu. Por não mandar confirmá-la, recebeu novamente carta patente⁷⁶ de tenente a 16 de dezembro de 1806, confirmada⁷⁷ que foi a 20 de agosto de 1808, pelo Príncipe Regente D. João. A 16 de outubro de 1810 foi promovido⁷⁸ ao posto de capitão da 2ª Companhia do Regimento de Infantaria Milicianiana de Sertanejos da vila de Itu, patente confirmada⁷⁹ a 15 de maio de 1811, da cidade do Rio de Janeiro, pelo Príncipe Regente D. João. Finalmente, a pedido, foi reformado por patente real⁸⁰ a 12 de março de 1819, pelo Rei D. João VI. Em parte, sua folha corrida vem transcrita nos Livros Mestres dos Regimentos de Infan-

⁷² DAESP, n° de ordem 33, Maços de População de São Paulo.

⁷³ ACMSP, L° 2-3-46, de assento de Irmãos da Irmandade de São Miguel e Almas (Paróquia da Sé), fls. 36 (35 do original).

⁷⁴ DAESP, n° de ordem 371, L° n° 29 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 213-v.

⁷⁵ DAESP, n° de ordem 372, L° n° 31 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 7-v.

⁷⁶ DAESP, n° de ordem 372, L° n° 32 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 254.

⁷⁷ DAESP, n° de ordem 378, L° n° 47 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 17.

⁷⁸ DAESP, n° de ordem 373, L° n° 34 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 172.

⁷⁹ DAESP, n° de ordem 374, L° n° 36 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 90-v.

⁸⁰ DAESP, Estante, L° n° 41 (1°) de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 173-v.

taria dos Úteis e dos Sertanejos de Itu⁸¹, dos quais constou que obteve licença de um ano em abril de 1805, por despacho do Senhor General, com prorrogações. Mais adiante, obteve nova licença, até 14 de dezembro de 1815.

Viúvo, permaneceu em Itu. Assim, no ano de 1810 ainda era administrador dos dízimos e possuía 16 escravos. Não constou como administrador do censo de 1811. No ano de 1814 ocupava a vereança⁸² de Itu.

Casou-se segunda vez (ver nota 23), em Itu em fevereiro de 1813, com D. BÁRBARA PAES DE CAMPOS⁸³, também conhecida por Bárbara Xavier, Bárbara Pacheco de Arruda, Bárbara Pacheco de Almeida e ainda Bárbara de Almeida Paes, nascida cerca de 1794 na vila de Itu, falecida a 17 de março de 1851 em Rio Claro, SP, sem testamento. Por morte de Bárbara⁸⁴ se fez auto de inventário⁸⁵ a 2 de maio de 1851 na vila de Piracicaba, sendo inventariante o filho Inácio Xavier de Negreiros. D. Bárbara Paes era filha do Sargento Mor Inácio Xavier Paes de Campos, batizado a 13 de dezembro de 1759 em Itu (matriz, fls. 50-v), onde faleceu a 13 de janeiro de 1823 e de sua mulher (casados a 23 de maio de 1782 em Itu) D. Antônia Pacheco de Almeida, batizada a 9 de setembro de 1765 em Itu (matriz, fls. 125), onde faleceu a 13 de novembro de 1824. O Sargento Mor Inácio Xavier (ver nota 24) era senhor⁸⁶ de duas fazendas na vila de Itu, no bairro de Piraí de Baixo. A primeira, de nome N.S^a da Conceição do Piraí, onde residia, havida por compra, com 1.300 braças de terra de testada por 1.500 braças de terra de fundo (cerca de 322 alqueires paulistas), com engenho e fábrica de açúcar; plantava canas e possuía 60 escravos. A segunda, de nome Boa Esperança, também havida por compra, com 750 braças de testada por 1.500 braças de fundo (cerca de 186 alqueires paulistas), onde plantava mantimentos.

O novo casal manteve residência em Itu, constando do censo de 1813; era senhor de engenho, com 10 escravos, e produziu 300 arrobas do açúcar alvo e 100 do redondo, tendo feito 20 canadas de aguardente. Apa-

⁸¹ DAESP, nº de ordem 446, Lº nº 270, fls. 3-v, 4, 7-v e 8.

⁸² DAESP, nº de ordem 293, Ordenanças de Itu (1800-1821).

⁸³ SL, IV, 494; BROTERO, Frederico de Barros, *Descendentes do Ouvidor Lourenço de Almeida Prado*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1938, p. 329.

⁸⁴ Seu óbito não se acha lançado nos livros de óbitos de Rio Claro.

⁸⁵ Fórum de Rio Claro, 2º Ofício, maço nº 107.

⁸⁶ DAESP, nº de ordem CO 9868, Bens Rústicos da vila de Itu, lançamento nº 51.

receu recenseado⁸⁷ no ano de 1817, na 3ª Companhia, no bairro de Pirapitingüi, com produção de 100 arrobas de açúcar alvo, 50 arrobas do açúcar redondo e 30 arrobas do açúcar mascavo (deixava 8 arrobas para o seu gasto), com 20 escravos.

No ano de 1822 transferiu residência para a região de Piracicaba, aparecendo naquele ano de 1822 no recenseamento da freguesia de Piracicaba (então vila de Porto Feliz), na 5ª esquadra, como senhor de engenho, com a seguinte produção: 250 arrobas de açúcar branco, 500 alqueires de milho, 70 alqueires de feijão e 23 alqueires de arroz; trabalhavam em sua propriedade 21 escravos. No ano de 1826⁸⁸, recenseado na 1ª Companhia, produziu 600 alqueires de milho, 60 alqueires de feijão, 50 alqueires de arroz e 20 arrobas de algodão, com 26 escravos. No ano de 1828⁸⁹, como senhor de engenho e lavrador, com 23 escravos, produziu 200 arrobas de açúcar branco, 80 arrobas de açúcar redondo e 20 arrobas do açúcar mascavo, tendo colhido 300 alqueires de milho, 87 alqueires de feijão, 20 alqueires de arroz e 16 arrobas de algodão; possuía 50 cabeças de gado de criar, 8 cabeças de animais cavalares e 150 cabeças de porcos, tudo para seu consumo.

Por diversas vezes foi encarregado da abertura e conservação de estradas na região. Assim, a 29 de junho de 1823, segundo se depreende da sessão da câmara, era o responsável por Piracicaba (HPQ, I, 133). Em outra sessão da câmara piracicabana, a 16 de outubro de 1824, era encarregado (AHRC, 13) de abrir uma estrada para Corumbataí. Quando Rio Claro foi elevada a freguesia, a 9 de dezembro de 1830, seu nome foi lembrado (AHRC, 20) para acertar as divisas de Rio Claro com Limeira. Na sessão (HPQ, I, 210) de 7 de dezembro de 1831, residindo em Campinas, por estar molesto Estêvão Cardoso, este pediu dispensa do cargo de inspetor de estradas, indicando para substituí-lo seu cunhado Antônio José da Silva. Foi indicado por Vergueiro (AHRC, pp. 24-25), em uma informação dada por este, a 1º de janeiro de 1836, ao Presidente da Província de São Paulo, para encarregá-lo da construção da estrada para Rio Claro, “que já disto tem uso, e de boa conta”. Finalmente, na sessão (HPQ, I, 252) da câmara de Piracicaba de 8 de janeiro de 1836, ele e Francisco de Paula Camargo foram nomeados para integrar uma comissão para orçar uma ponte no rio Corumbataí.

⁸⁷ DAESP, nº de ordem 78, maços de população de Itu.

⁸⁸ DAESP, nº de ordem 141, maços de população de Porto Feliz.

⁸⁹ DAESP, nº de ordem 141, maços de população de Porto Feliz.

Achando-se vago o posto de sargento mor, a câmara piracicabana elaborou, a 10 de dezembro de 1823 (HPQ, I, 140), uma lista tríplice para o cargo. Feita a eleição, Estêvão, então capitão de milícias reformado, ficou em primeiro lugar. O Governo Provisório passou carta patente⁹⁰ a 12 de janeiro de 1824, confirmada⁹¹ posteriormente a 19 de agosto de 1824, na cidade do Rio de Janeiro, pelo Imperador D. Pedro I. Tomou posse (HPQ, I, 155) do posto a 26 de dezembro de 1824, em sessão da câmara de Piracicaba, substituindo a Domingos Soares de Barros, reformado nesse posto por moléstias e idade avançada. Por morte (HPQ, I, 173) de João José da Silva, capitão mor de Piracicaba, a 7 de março de 1828 na vila de Campinas, a câmara piracicabana fez eleição para novo capitão mor das ordenanças da vila, sendo Estêvão eleito (AHRC, 17; HPQ, I, 174) em primeiro lugar na lista tríplice a ser encaminhada ao Presidente da Província de São Paulo.

Já na fase madura, optou por transferir residência para Rio Claro, então denominada Morro Azul, dentro dos limites de Piracicaba, tornando-se um dos mais ativos agentes propulsores da nascente povoação, reconhecido como um dos seus principais fundadores. Nada se fazia sem a sua direta participação e sua residência sediava as reuniões mais importantes (ver nota 25). Era a alma viva da nascente localidade, ao lado de outros próceres, como Manoel Paes de Arruda, Antônio Paes de Barros (depois Barão de Piracicaba), o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o qual possuía a fazenda Ibicaba, onde desenvolveu interessante substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado dos colonos europeus. Foi um dos signatários (AHRC, 16) do pedido de criação de capela curada, endereçada no ano de 1826 ao Bispado de São Paulo. Passou-se provisão (AHRC, 17) de capela curada a 8 de maio de 1827, oficializada apenas a 20 de junho do mesmo ano. Em sessão da câmara da vila de Piracicaba (AHRC, 17) a 23 de março de 1828, foi designado para o cargo de 1º juiz de paz de Rio Claro, ainda na categoria de capela curada, a Estêvão Cardoso, com mandato até 1834. A 9 de dezembro de 1830 o Governador da Província de São Paulo, Visconde de Alcântara, assinou a elevação (AHRC, pp. 18-19) de Rio Claro à condição de freguesia. Somente a 19 de janeiro de 1832 foi criada⁹² freguesia nas leis canônicas.

⁹⁰ DAESP, nº de ordem 453, Lº nº 294 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 43.

⁹¹ DAESP, nº de ordem 453, Lº nº 295 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 55-v.

⁹² ABIB, Jamil Nassif. Manifestações da Fé. In: *Rio Claro Sesquicentária*. São Paulo: IMESP/ Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”. 1978. p. 313.

Foi elevada (AHRC, 30) a vila a 7 de março de 1845, sancionada por decreto da Assembléia Legislativa.

Foi um dos organizadores (AHRC, 21) da *Sociedade do Bem Comum* que foi criada por iniciativa de 28 homens dos mais ilustres de Rio Claro, em casa de Estêvão (Av. 3, prédio nº 20). É oportuno recordar as palavras do Dr. Zulmiro Ferraz de Campos na conferência⁹³ que pronunciou no Teatro Variedades da cidade de Rio Claro, em 20 de julho de 1927:

... os homens bons de S. João do Rio Claro, trabalhando para si mesmos, não se esqueciam de levar adiante o nobre desideratum que tinham em vista.

Vendo os tristes lavradores que nenhum poder público os auxiliava no seu nobre afã, tomados de ânsia, cheios de iniciativa, empreendedores, com aqueles característicos que assinalam os paulistas de raça, resolveram a fundação da Sociedade do Bem Comum. Esta sociedade, que durou uns 6 ou oito anos, tinha por escopo, como seu nome indicava, tudo quanto viesse trazer uma parcela de conforto moral e religioso, ou um pouco de comodidade física aos povos da nascente cidade. Assim a nobre associação tratou de constituir um patrimônio de terras para a povoação, da edificação de uma verdadeira igreja, da abertura de ruas e suas denominações, de pugnar pela moralidade pública, pela instrução e por tudo quanto pudesse interessar ao bem da comunidade.

Tivemos em mão o livro de atas dessa digna sociedade, o qual se guardava na nossa Câmara Municipal, em época que exercemos o mandato de vereador; mas, quando em 1907, andamos rebuscando os arquivos já lá não o encontramos por mais que procurássemos. Era um livro de papel de Holanda, folhas sem pauta cozidas como autos, e tinha mais ou menos umas 50 páginas escritas.

Quase todas as atas foram lavradas pelo punho do Capitão Mor Estevão Cardoso de Negreiros, com boa caligrafia, com a gramática e estilo da época. Nesse livro pudemos apreciar as assinaturas de muitos dos nossos antepassados fundadores de Rio Claro. Entre esses antigos pró-homens, é de justiça destacar o Capitão Mor Negreiros, que parece ter sido a alma mater de todo o movimento da Sociedade do Bem Comum, assim como o inolvidável Padre Delfino – o vigário. O Capitão Mor Negreiros era um homem de adiantada instrução para a época, já tinha militado no tempo da Independência, comandando um destacamento na Fortaleza da Barra de Santos, onde a 6 de setembro de 1822, véspera do grito do Ipiranga, recebera a visita⁹⁴ do príncipe regente D. Pedro de Alcântara. E dessa vi-

⁹³ CAMPOS, Zulmiro Ferraz de. *Centenário de Rio Claro*. Rio Claro: Typ. Conrado. 1929.

⁹⁴ Havia solicitado ao primo e amigo Luiz Carlos Sampaio de Mendonça, historiador local, recentemente falecido, que pesquisasse notícias sobre esta possível estada de Estêvão em

sita consta a ordem do dia do comando que Sua Alteza, na revista de mostra que passara, mandou elogiar o Sargento Mor Estevão Cardoso de Negreiros, pela ordem, asseio e disciplina que observara, dignando-se também Sua Alteza aceitar uma pequena refeição na dita fortaleza. João Negreiros de Almeida Prado, descendente do insigne varão, possui os documentos em que haurimos estes informes. Não era, pois, Estevão Cardoso, um capitão mor caipira, sem o traquejo das cidades civilizadas, e sim um verdadeiro e ilustre capitão. Não possuía grandes bens de fortuna e nem escravos índios, como alguém disse, mesmo porque a época já não comportava a escravização dessa raça, mas poucos cativos, dos da raça de Guiné, cultivavam a sua fazenda ali para as bandas do atual Santo Inácio. Residindo em Rio Claro desde os primórdios da sua fundação, para cá se transportara de Itu, sua pátria⁹⁵, com todo o seu clã, composto de filhos, parentes, agregados e escravos, e daqui não mais saiu, estando enterrado, segundo ouvimos dizer, na nossa igreja matriz.

Ora, dadas as qualidades do ilustre varão, e porque ele daqui não arredasse, é natural que exercendo também cargo público, se pusesse à frente de todos os empreendimentos em prol de Rio Claro. O Major Antônio Paes de Barros se bem que aparecesse por aqui, residia em Itu e estava quase sempre ausente; Andrade residia em sua fazenda hoje denominada Santana, a qual pertenceu à Baronesa de Jundiá, e que fez parte do município de Limeira; Paes de Arruda talvez tivesse morrido pois não mais vimos o seu nome nos documentos; o alferes José Ferraz de Campos, barão de Cascalho, mandara construir um sobradão,, mas nunca veio aqui morar continuando a residir na sua fazenda do Cascalho, município de Limeira, de cuja cidade fora um dos fundadores em 1824; Costa residia em Jundiá; os outros mais também nem sempre podiam estar à frente das cousas da novel povoação e, por isso, todo o serviço recaía sobre Estevão Cardoso e Padre Delfino. Desse modo, estes dois grandiosos vultos destacam-se nos tempos heróicos da nossa terra.

A Sociedade do Bem Comum fez tudo quanto estava a seu alcance e ainda tomava a seu cargo deveres inerentes às câmaras municipais.

Ela como que ensinava ao povo a prática do regime administrativo de um modo liberal e democrático, preparando-o para a vida municipal que em breve havia de vir....

A povoação cresceu, tornou-se rica e próspera a ponto de chamar a atenção dos poderes dirigentes, somente com a boa vontade, o espírito de solidariedade e o esforço dos seus habitantes: o Rio Claro fez-se por si mesmo....

Santos. Nada foi encontrado.

⁹⁵ Era goiano, natural de Meia Ponte. Como fora criança para Itu, nasceu daí uma certa confusão sobre a sua pátria.

Todavia, se a Sociedade do Bem Comum adormecera, se Estevão Cardoso de Negreiros estava velho e alquebrado ou já desaparecera dentre os vivos, se os seus antigos companheiros não mais o auxiliava, novos vultos mais moços surgiram juntamente com os seus filhos que estavam homens...

Já se achava instalado em Rio Claro, no bairro do Passa Cinco, onde possuía cerca de meia légua em quadra (450 alqueires paulistas de terra), recebendo da câmara piracicabana, a 4 de fevereiro de 1830, autorização para pôr negócio e vender todo o gênero do seu engenho. Através dos índices dos arquivos cartoriais de Itu descobriu-se apenas uma escritura de terras em seu nome, no ano de 1825 (L° 26, fls. 109), quando adquiriu terras na freguesia de Piracicaba, no rio Corumbataí, de Francisco Galvão de Barros França e de sua mulher Ana de Barros Leite; entretanto essas folhas não se encontram no livro respectivo.

Através de outra escritura, também no rio Corumbataí, onde os outorgantes eram os mesmos Barros França e mulher, em uma venda que se fez ao Reverendo Padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, a 5 de junho de 1832, na vila de Itu, depreende-se que essas terras do rio Corumbataí foram obtidas por carta de sesmaria. Essa sesmaria foi passada⁹⁶ a 25 de setembro de 1816, da cidade de São Paulo, pelo Governador da Capitania, o Conde de Palma, para vários requerentes, todos parentes e moradores na vila de Itu, a saber: Capitão Francisco Galvão de Barros França, Agostinho de Camargo Penteado, Padre José Galvão de França, Alferes Francisco Xavier de Barros França, D. Maria Dias Leite e Antônio Galvão de França. As terras, com três léguas de testada e uma de sertão (cerca de 5.400 alqueires paulistas) ficavam na freguesia de Piracicaba, na paragem do rio Corumbataí, onde Agostinho já tinha uma posse que houve de Bento José Ribeiro, fazendo pião no salto grande do mesmo rio.

No censo⁹⁷ realizado em Rio Claro em 1835, vem qualificado como sub-prefeito; com a ajuda de 40 escravos produziu 600 arrobas de açúcar branco e 100 do redondo, 720 alqueires de milho e 150 de feijão.

Por morte de Estêvão Cardoso se fez acordo amigável de partilhas⁹⁸ a 29 de maio de 1846 na vila de Limeira, sendo inventariante a viúva D. Bárbara de Almeida Paes. De bens de raiz foram avaliados um sítio e terras no bairro de Passa Cinco, com casas de morada, casas de enge-

⁹⁶ DAESP, n° de ordem 376, L° n° 39 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 105-v a 106-v.

⁹⁷ DAESP, n° de ordem 142, Maços de População de Piracicaba.

⁹⁸ Fórum de Limeira, Cartório do 1° Ofício, gaveta n° 19.

nho, armazém e paiol (por 3:400\$000), um lanço de casa e terreno com taipa na esquina do pátio da Matriz (por 500\$000), um terreno, cujos fundos partiam com João da Fé, na vila de São João do Rio Claro (por 50\$000), quarenta palmos de terreno no pátio da Matriz, nos quais se achava a casa de morada do herdeiro Lourenço Cardoso de Negreiros (por 20\$000) e uma porção de terras no Lambari (por 70\$000). Foram avaliados 51 escravos. O monte mor avaliado foi de 25:677\$600, cabendo a cada um dos seis herdeiros, seus filhos, a quantia de 2:139\$800. À viúva coube o sítio e o lanço de casa no pátio da Matriz.

O Capitão mor Estêvão e sua mulher D. Bárbara foram pais de :

- 1 (VIII)- CAPITÃO LOURENÇO CARDOSO DE NEGREIROS, que segue.
- 2 (VIII)- LUÍS.
- 3 (VIII)- CAPITÃO INÁCIO XAVIER DE NEGREIROS (Inácio Mor) foi batizado a 19 de novembro de 1816 em Itu (10º, fls. 52), onde veio a se casar a 5 de setembro de 1838 (fls. 35) com D. QUE-RUBINA LEITE DE SAMPAIO (SL, IV, 199), com geração. Moradores em Rio Claro, onde ele fez registro⁹⁹ de suas terras a 12 de abril de 1856, como senhor e possuidor de um sítio de terras lavradas no bairro da Água Vermelha, por compra feita a seu irmão Lourenço Cardoso de Negreiros, a Francisco Gomes Botão e ao Dr. José Elias Pacheco Jordão; eram seus confrontantes João Ferraz Cardoso, Benedito Antônio de Camargo e o mesmo Dr. José Elias. Segundo o Almanaque¹⁰⁰ de Rio Claro de 1873, morador na rua do Comércio (atual avenida 1), era suplente do juiz municipal e de órfãos, proprietário de imóveis na rua de Santa Cruz (atual rua 8) e rua do Comércio, e fazendeiro.
- 4 (VIII)- ANTÔNIO POMPEU DE NEGREIROS, nasceu em Itu, tendo sido batizado a 9 de agosto de 1818 (11º, fls. 7-v e 8) na sua igreja matriz. Casou-se¹⁰¹, com o nome de Antônio Pompeu Paes, a 27 de abril de 1839 na matriz da freguesia de Limeira (com licença da paróquia de Rio Claro, em cujos livros se fez o competente registro por ser freguês dela), com sua prima irmã D. FRANCISCA DE PAULA LEITE, também conhecida por D. Fran-

⁹⁹ DAESP, microfilme RT 24, Lº nº 1, registro nº 81, em cumprimento à Lei nº 601, de 18-MAR-1850, regulamentada pelo Decreto nº 1318, de 30-JAN-1854.

¹⁰⁰ MOLINA, Thomaz Carlos de. *Almanak de S. João do Rio Claro para 1873*. Ed. fac-similar. São Paulo: IMESP/DAESP, 1981, p. 5, 20, 23, 28.

¹⁰¹ ACDP, Lº nº 1 de casamentos de Rio Claro, fls. 55-v.

cisca de Assis Negreiros, natural de Campinas e freguesa de Limeira, filha do Capitão Manoel Ferraz de Campos e de sua mulher D. Francisca de Assis Leite. Não tiveram filhos, segundo o Dr. Barros Brotero. Foi 1º Comandante da 2ª Companhia da Guarda Policial de Rio Claro, criada em janeiro de 1847. Morador em Rio Claro, fez registro¹⁰² de suas terras a 12 de abril de 1856, como senhor do sítio *Sertãozinho*, sendo seus confrontantes Manoel de Oliveira, José Jeremias Ferraz, herdeiros de João Gonçalves, Inácio Alves, Benedito Guarantã e D. Maria de Borba (e seus herdeiros). Segundo o Almanaque¹⁰³ de Rio Claro para 1873, era fazendeiro e lavrador de algodão naquele ano.

- 5 (VIII)-** COMENDADOR FRANCISCO DE ASSIS NEGREIROS (Chico Mor) nasceu a 25 de maio de 1820 em Itu, onde foi batizado na sua igreja matriz a 3 de junho do mesmo ano (11º, fls. 48-v). Casou-se com D. TEODOLINDA FERRAZ DE CAMARGO (SL, IV, 37), nascida a 1º de fevereiro de 1821, com geração. Francisco de Assis foi vereador da câmara de Rio Claro de 1849 a 1852. Recebeu¹⁰⁴ a comenda da Ordem de Cristo a 28 de fevereiro de 1885. A 28 de março de 1885 criou-se a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro¹⁰⁵ em sua residência; entre outros participaram seus irmãos Antônio Pompeu, João Xavier e Inácio Xavier. A 23 de julho de 1885 Chico Mor doou o prédio e o terreno onde se instalaria o hospital; era uma quadra formada pelas ruas de São Benedito, do Doutor José Elias, do Visconde do Rio Claro e Alegre, com apenas uma única condição: de sempre conservar seu caráter e qualidade de irmandade religiosa e católica. Finalmente, a 8 de setembro do mesmo ano instalou-se a Santa Casa, sendo por duas vezes escolhido mordomo e por três vezes mesário. De acordo com o Almanaque¹⁰⁶ de Rio Claro para 1873, Francisco de Assis era

¹⁰² DAESP, microfilme RT 24, Lº nº 1, registro nº 83, em cumprimento à Lei nº 601, de 18-MAR-1850, regulamentada pelo Decreto nº 1318, de 30-JAN-1854.

¹⁰³ MOLINA, Thomaz Carlos de. *Almanak de S. João do Rio Claro para 1873*. Ed. facsimilar. São Paulo: IMESP/DAESP, 1981, p. 27, 29.

¹⁰⁴ A.N. (do Rio de Janeiro) Col. 526, Lº 3º, fls. 48-v; caixa 790, pacote 9.

¹⁰⁵ *Crônica da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro*. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro/ DAESP, 1985.

¹⁰⁶ MOLINA, Thomaz Carlos de. *Almanak de S. João do Rio Claro para 1873*. Ed. facsimilar. São Paulo: IMESP/DAESP, 1981, p. 12, 15, 16, 23, 24.

tenente agregado à reserva da Guarda Nacional de Rio Claro, capitalista e proprietário de imóveis na rua de São João (atual rua 6), rua do Comércio (atual avenida 1) e rua Municipal (atual avenida 2). Francisco de Assis faleceu a 26 de junho de 1895 e sua mulher a 22 de setembro de 1888, ambos na cidade de Rio Claro.

6 (VIII)- TENENTE JOÃO XAVIER DE NEGREIROS (Inhô) nasceu em Itu, onde foi batizado a 30 de março de 1822 (12º, fls. 28). Casou-se duas vezes. A primeira, com D. MARIA FERRAZ, com geração. A segunda¹⁰⁷, a 11 de outubro de 1862, na matriz de Rio Claro com D. FRANCISCA XAVIER DE NEGREIROS, sua sobrinha, filha de Inácio Xavier de Negreiros, com geração. De acordo com o Almanaque¹⁰⁸ de Rio Claro para 1873, João Xavier era tenente da Guarda Nacional e fazendeiro (ver nota 26).

7 (VIII)- JOAQUIM, parece ter falecido criança.

8 (VIII)- D. ANTÔNIA ISABEL DE NEGREIROS nasceu em Piracicaba, onde foi batizada a 13 de julho de 1826 (matriz, fls. 104-v). Casou-se, com o nome de Antônia Pacheco de Almeida, a 27 de abril de 1843 em Rio Claro com JOÃO LEITE DE CERQUEIRA CÉSAR,¹⁰⁹ nascido a 28 de dezembro de 1822 em Porto Feliz (ou Piracicaba), tendo sido batizado a 1º de janeiro de 1823 em Piracicaba, fazendeiro de café em São Pedro, SP. Ele faleceu a 16 de agosto e ela a 3 de novembro, ambos no ano de 1890 e na cidade de Piracicaba, estando sepultados no seu cemitério municipal. Deste casal¹¹⁰ descende a família *Leite de Negreiros*, de Piracicaba.

VIII- CAPITÃO LOURENÇO CARDOSO DE NEGREIROS (SL, III, 528) nasceu cerca de 1814 em Itu, onde se casou a 24 de maio de 1836 na igreja matriz (ver nota 27) com sua prima D. ANTÔNIA EUFROSINA CORRÊA PACHECO¹¹¹, fi-

¹⁰⁷ ACDP, Lº nº 3 de casamentos de Rio Claro, fls. 54.

¹⁰⁸ MOLINA, Thomaz Carlos de. Obra citada, p. 11, 28.

¹⁰⁹ SL, III, 108; ARRUDA, José Bonifácio de. *Livro de Minha Família [BGB/IGB nº 7]*. São Paulo: Saraiva, 1952.

¹¹⁰ Quando faleceu a filha caçula deste casal, D. Lydia Leite de Meira, a 16 de março de 1948, na cidade de São Paulo, noticiou-se seu passamento no jornal “O Estado de S. Paulo”, lembrando-se o fato de ser ela a última neta do Capitão Mor Estêvão Cardoso de Negreiros. E ele já era falecido havia mais de 100 anos!

¹¹¹ SL, IV, 476; BROTERO, Frederico de Barros. *Descendentes do Ouvidor Lourenço de Almeida Prado*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1938, p. 317.

Iha do Capitão Antônio Corrêa Pacheco e de Maria Xavier de Almeida Campos. Lourenço Cardoso serviu os cargos da governança de Rio Claro, como o de juiz de paz em 1836 e o de vereador da primeira câmara, em 1845. Foi ainda irmão fundador da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Rio Claro, instalada a 4 de abril de 1847, juntamente com seus irmãos Inácio Xavier e Francisco de Assis. Faleceu (ver nota 28) prematuramente, aos 36 anos de idade, a 9 de dezembro de 1849, em Rio Claro, tendo sido sepultado na sua igreja matriz.

Por morte de Lourenço Cardoso fez-se auto de inventário¹¹² a 16 de dezembro de 1850 na vila de Rio Claro, no sítio Passa Cinco, onde foi ouvida a viúva, inventariante, que declarou que seu marido falecera a 8 de dezembro de 1849, sem testamento ou nota alguma. O monte mor da fazenda chegou a 15:048\$520 (quinze contos, quarenta e oito mil e quinhentos e vinte réis) e as dívidas somaram 1:554\$597 (um conto, quinhentos e cinqüenta e quatro mil, quinhentos e noventa e sete réis). Possuía 22 escravos e foram inventariados 10 quartéis de canas novas em 200\$000 (duzentos mil réis).

De bens de raiz foi inventariado um sítio no lugar, avaliado em 3:500\$000, denominado Água Vermelha, com 4.000 pés de café de um ano, sem nenhuma benfeitoria, comprado de Manoel Henrique da Fonseca, por escritura pública a 2 de janeiro de 1848. Tempos depois, metade do sítio foi vendido, pela viúva ao filho Joaquim Corrêa de Negreiros, com todas as benfeitorias existentes no mesmo, pela quantia de 9:000\$000 (nove contos de réis). Possuíam ainda uma morada de casas na vila de Rio Claro, no Pátio da Matriz, vista e avaliada em 400\$000, com 40 palmos de frente, que dividia de um lado com casas de D. Ana Joaquina, por outro lado com um lanço de casa da mãe do defunto, D. Bárbara de Almeida Paes, e os fundos com o quintal de João Ferraz Cardoso. Cerca de 1851, a viúva D. Antônia Eufrosina mudou-se com seus filhos para a vila de Itu, onde residiam seus parentes, estabelecendo-se no sítio Itahiva, próximo ao sítio Limoeiro, no bairro Pedregulho. Por esse motivo pediu licença ao curador dos órfãos no inventário que então era seu cunhado Inácio Xavier de Negreiros, que se vendesse essa morada; no ano de 1854 essa casa pertencia a João de Almeida Prado.

Deixaram os seguintes filhos:

1 (IX)- D. ANTÔNIA, batizada¹¹³ a 7 de agosto de 1838 na matriz da vila de Itu, aos 15 dias de idade. Foi seu padrinho, por procuração, o

¹¹² Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Rio Claro, 1º Cível, Inv. 03.

¹¹³ ACDJ, Lº nº 16 de batizados de Itu, fls. 24.

avô paterno, o Capitão Mor Estêvão Cardoso de Negreiros. Já era falecida à época do inventário de seu pai, em 1850.

- 2 (IX)**- D. MARIA, batizada¹¹⁴ a 16 de dezembro de 1839 na matriz de Rio Claro, com a idade de 12 dias, sendo padrinhos Antônio Corrêa Pacheco e Silva, morador na vila de Itu e sua avó D. Bárbara de Almeida Paes, casada, freguesa de Rio Claro.
- 3 (IX)**- JOAQUIM CORRÊA DE NEGREIROS, batizado¹¹⁵ a 14 de novembro de 1841 na matriz de Rio Claro, contando 44 dias de idade. Casou-se duas vezes. A primeira¹¹⁶, a 13 de julho de 1867, na matriz de Rio Claro, com sua prima D. MARIA LEITE FERRAZ, também nascida e batizada em Rio Claro, com geração extinta. D. Maria Leite era filha de Antônio Ferraz de Campos Camargo e de D. Joaquina Ferraz de Campos. A segunda, com D. ESCOLÁSTICA FERRAZ, natural de Porto Feliz, com geração (ver nota 29). Segundo o Almanaque¹¹⁷ de Rio Claro para 1873, era proprietário de um imóvel na rua do Comércio (atual avenida 1).

Por morte de Joaquim Corrêa, fez-se auto de inventário¹¹⁸ a 29 de maio de 1903 na cidade de Rio Claro, sendo declarante a viúva D. Escolástica Ferraz de Negreiros. Por ele ter falecido na cidade de Piracicaba, para onde se mudara em busca de novos ares, com o intuito de se curar dos longos períodos de moléstia, houve uma disputa judicial entre as cidades de Piracicaba e Rio Claro para se determinar onde deveria se fazer o inventário. A Justiça decidiu-se por Rio Claro, já que ali era eleitor e tinha residência fixa, mais exatamente na freguesia de Santa Cruz do Passa Cinco (hoje pertencente ao município de Ipeúna). As primeiras declarações em Rio Claro aconteceram a 9 de fevereiro de 1904: Joaquim Corrêa havia falecido a 3 de abril de 1903, em Piracicaba, sem testamento. Os bens avaliados somaram um monte mor de 81:052\$000 (oitenta e um contos, cinquenta e dois mil réis). De bens de raiz foram avaliadas uma morada de casas em Rio Claro (avenida 1 n° 53, esquina com rua 8) e outra em Piracicaba (à rua do Comércio). Possuíam uma fazenda de café, com 125 alqueires

¹¹⁴ ACDP, L° n° 1 de batizados de Rio Claro, fls. 61-v

¹¹⁵ ACDP, L° n° 1 de batizados de Rio Claro, fls. 130.

¹¹⁶ ACDP, L° n° 3 de casamentos de Rio Claro, fls. 148.

¹¹⁷ MOLINA, Thomaz Carlos de. *Almanak de S. João do Rio Claro para 1873*. Ed. fac-similar. São Paulo: IMESP/DAESP, 1981, p. 24.

¹¹⁸ Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Rio Claro, 1° Cível, Inv. 38.

de terra (3.025.000 m²), denominada Pedra Vermelha, com suas benfeitorias, com casa de morada, casa para administrador, casa de máquinas para benefício de café, 4 casas duplas para colonos e 60.000 pés de café (entre novos e formados).

- 4 (IX)**- D. ANA DE NEGREIROS, nasceu a 25 de abril de 1845, sendo batizada¹¹⁹ no mês seguinte, a 12 de maio, na matriz de Rio Claro. Casou-se no ano de 1866, em Itu, com seu primo JOSÉ CORRÊA DE ALMEIDA LEITE (SL, IV, 201), com geração.
- 5 (IX)**- D. BÁRBARA AUGUSTA CORRÊA DE NEGREIROS, batizada¹²⁰ a 1º de agosto de 1847 na matriz de Rio Claro, aos 44 dias.
- 6 (IX)**- FRANCISCO, póstumo, com 7 meses de idade à época do inventário do pai, em dezembro de 1850. Batizado¹²¹ a (VER) na matriz de Rio Claro, onde faleceu a 5 de dezembro de 1851 (fls. 87).

Conclusão:

A representação familiar dos Cardosos de Negreiros foi estudada em um grande período, cerca de 275 anos, envolvendo oito gerações (sete no Brasil), sob a vigência das Ordenações Filipinas até a Constituição do Império Brasileiro, no ano de 1824, quando cessaram os privilégios da nobreza e todos os cidadãos passaram a gozar dos mesmos direitos, tornando-se iguais perante a lei. Resumidamente esta é a representação familiar dos Cardosos de Negreiros, com suas respectivas demonstrações de viverem à lei da nobreza, de acordo com os conceitos da época:

- I- ESTÊVÃO CARDOSO DE NEGREIROS (1574-?), moço da Câmara d'El-Rei, escrivão das Devassas e Distribuidor da Casa de Suplicação da cidade de Lisboa. Pai de:
- II- CAPITÃO LOURENÇO CARDOSO DE NEGREIROS (1602-?), da governança da vila de São Vicente. Pai de:
- III- ESTÊVÃO CARDOSO DE NEGREIROS (1640-1719), homem principal e dos bons da terra, e irmão professo da Venerável Ordem Terceira do Carmo da vila de Itu. Pai de:
- IV- CAPITÃO LOURENÇO CARDOSO DE NEGREIROS (1670-1730), vereador da Câmara da vila de Itu. Pai de:
- V- ALFERES ESTÊVÃO CARDOSO DE NEGREIROS (1711-1779), serviu os cargos da governança da vila de Itu. Pai de:

¹¹⁹ ACDP, Lº nº 2 de batizados de Rio Claro, de 1844-1857, fls. 17-v.

¹²⁰ ACDP, Lº nº 2 de batizados de Rio Claro, de 1844-1857, fls. 63.

¹²¹ ACDP, Lº nº 3 de batizados de Rio Claro, fls. 87.

- VI- LOURENÇO CARDOSO DE NEGREIROS (1736-1803), senhor de engenho na vila de Itu. Pai de:
- VII- CAPITÃO MOR ESTÊVÃO CARDOSO DE NEGREIROS (1781-1846), irmão da Irmandade de São Miguel e Almas (paróquia da Sé, na cidade de São Paulo). Oficial das tropas milicianas da vila de Itu, onde foi vereador e senhor de engenho. Em Piracicaba foi sargento mor e depois capitão mor das Ordenanças, e senhor de engenho. Um dos fundadores da cidade de Rio Claro (SP), onde foi juiz de paz e senhor de engenho. Pai de:
- VIII- CAPITÃO LOURENÇO CARDOSO DE NEGREIROS (1814-1849), juiz de paz, vereador, irmão fundador da Irmandade do Santíssimo Sacramento e senhor de uma fazenda com lavoura de café na vila de Rio Claro.

NOTAS:

Nota 1: ANTT, Chancelaria de D. Felipe II (Doações), Lº nº 29, fls. 150-v e 151:

“Eu EL Rei faço saber aos que este aLvara Virem q havendo Respeito ao que na petição atras escrita diz Estevão cardoso de nigreiros meu moço da camara E Visto o que alega E o que por sua petição me enviarão dizer o Presidente Vereadores E Procuradores desta cidade de lixboa E Procuradores dos Mesteres della acerca de eu mandar prover pessoa que escreva nas devaSsas que nesta cidade há de tirar hum dos Vereadores da camara dos officiais da mesma cidade. Ey por bem e me praz que Estevão cardoso de Nigreiros meu moço da camara sirva de escrivão das ditas devaSsas emquanto se não determinão os embargos que cayem entre a Camara E o escrivão della Sobre que á de nomear pessoa primeira aVer de Servir de escrivão das ditas devaSsas E eu o ouver por bem E não mandar o contrario E o dito Estevão cardoso escrevera em todas as cousas ptencentes ás ditas devaSsas E nos feitos dos Livramentos dos culpados nellas que na dita camara se sentençaõ E Mando aos Vereadores que as ditas devaSsas tirem as tirem com o dito Estevão cardoso E o deixe escrever em todas as Sobreditas cousas e no mais que deste negocio E devaSsas tocar porque assy o ey por bem, E que elle a faço o dito officio, o selano proes E percalços que diretamente lhe pertencerem. E jurará em minha chancelaria aos Sanctos Evangelhos que Sirva vem e Verdadeiramente o dito officio guardando em todo meu Serviço E as partes Seu direito, E o Vereador que ora ouver de tirar as ditas devaSsas dara posse do dito officio ao dito Estevão cardoso de que se fará assento nas costas deste alvará assinado pelo dito Vereador E pelo dito Estevão cardoso o qual se cumprirá inteiramente posto que aja de durar mais de hum ano Sem embargo da ordem, em contrario. E deste teor Se lhe passou outro E este com Salva, dos quaes hum So terá efeito. Antonio Martinz de mideiros o fez em lixboa a xxbi de Agosto de mil seiscentos E doze, E eu Pedro Sanchez farinha o fiz escrever.

“Aleixo ferreira”

Luis dabreu de figueiredo”.

Nota 2¹²²: ANTT, Chancelaria de D. Felipe II (Doações), Lº nº 31, fls. 24-v:

“Eu El Rei este Alvara virem avendo respeito a boa informasam que tenho das partes de Estevão Cardoso de Nigreiros meu moso da Camara hey por bem que ele sirva o ofisio de destrebuidor da Casa da Suplicaçam de que he proprietario joam rodrigues de novais emcoanto durar o impedimento da sua suspensam Lxª xiiii Setº 1612”.

Nota 3: ANTT (Seção Paroquial- Lisboa), Lº M-5, fls. 7, da freguesia de Loreto, cidade de Lisboa (corria o mês de maio de 1604):

“Catarina

“Aos 28 bautiSou o padre cura a Catarina filha de Estevão cardoso e de Breatis pinheira forão padrinhos João da Costa e Luisa manael.

“Bento Carvalho”.

Nota 4: ANTT (Seção Paroquial- Lisboa), Lº M-4, fls. 47-v, da freguesia de Loreto, cidade de Lisboa (corria o mês de agosto de 1602):

“Aos 16 do dito mês bautizou o padre Andre mateus coadiutor a Lourenço filho de Estevão Cardoso E de breatis pinheira forão padrinhos Luis borralho, madrinha Luisa ma-noel.

“Bento Carvalho”.

Nota 5: ACMSP, códice 1-3-15, 1º Lº de casamentos da Sé de São Paulo, fls. 2-v:

“Casou o padre Vigarjo Manoel nunes aos de Janeiro de 633 a francisco barreto filho de bareto e de sua molher breatis pinta ja defunto.. naturais de cabeça de vide com Maria borges de Cerqueira filha de Simão borges de Cerqueira ia defuncto E de sua molhernor Leme moradores nesta vila padrinhos Manoel de ni.... ão Gomes e

“Manoel Nunes”.

Nota 6: ACMSP, códice 1-3-15, 1º Lº de casamentos da Sé de São Paulo, fls. 8-v:

“Aos Casey a João barreto filho de francisco Barreto e de sua molher breatista ia defuntos moradores que forão da villa de Cabe..ide com Dona Maria Alvares e de sua Molher Luis moradores nesta vila testemunhas que de presente se acharão Bertholameu Gonçalvez E João Gomes de que fis este aSento.

¹²² Extrato feito pelo amigo e genealogista Dr. José Krohn da Silva, a quem também devo o envio da fotocópia da nota de nº 1. Registro aqui meus sinceros agradecimentos.

“O Padre João Alvares Vigario encome...”.

Nota 7: ACDJ, Lº nº 1 de óbitos de Itu, fls. 28:

“Estevam Cardozo de Negreros homem viuvo faleceo com todos os Sacramentos fes testamento e deixou por sua alma vinte miSsas deixou por Testamenteiros a mim Felix Nabor vigario confirmado desta igreja e a seu filho Lourenço Cardoso de Negreros deixou forra huma negra por nome Mariana com seus filhos e aSim mais dous bastardos por nome Gaspar e Paulo com suas espingardas. Em fe do que fis este aos des de Abril de mil e Setecentos, e dezanove annos.

“felix Nabor”.

Nota 8: ACDJ, Lº nº 1 de casamentos de brancos de Itu (1703-1728), fls. 17:

“Lorenço Cardozo filho de Estevam Cardozo de Negreros, e de sua molher Magdalena de Miranda se recebeo por seu procurador Joam Pais com Mecia Cardoza filha do Capitão Antonio Antunes Maciel, e de sua molher Anna de Campos por palavras de prezente aSistindo eu Felis Nabor vigario encomendado desta villa, e o Juis Bertholameu de Anhaja, e o Sargento Mor Joam Falcam de Souza Luzia Leme, Estefania de Quadros todos moradores desta villa a sete de Janeiro da sobredita era.

“Felix Nabor”.

Nota 9: ACDJ, Lº nº 1 de óbitos de Itu (1684-1736), fls. 22-v:

“Mecia Cardoza mulher de Lorenço Cardozo faleceu de sua doença com todos os sacramentos da igreja fes seu testamento, em que deixou por testamenteros ao mesmo marido, e ao Cunhado Joam Pais Rodriguez. Deixou por sua alma duzentas miSsas. Em fe do que fis este aSsento a dezaSseis de Janeiro da Sobredita era.

“Felix Nabor”.

Nota 10: ACDJ, Lº nº 1 de óbitos de Itu (1684-1736), fls. 37:

“Antonio Antunes Massiel morador desta propria vila e nella cazado faleceo de sua doença aos quatorze de Octubro da sobredita era fes seu testamento em que deixou por executores a seu genro Sebastiam Paes Rodriguez. e a seus filhos Jozeph Antunes Joam Antunes, e Gabriel Antunes madou [sic] se enterrar no Convento de S. Luis. Deixou por sua alma duzentas miSsas, e por seus esCravos

“felix Nabor”.

Nota 11: ACDJ, Lº nº 1 de óbitos de Itu (1684-1736), fls. 42:

“Lourenço

“Faleceo de sua doença Lorenço Cardozo de Negreros homem viuvo com todos os sacramentos a quatorze de Março de mil e setecentos e trinta annos fes seu testamento, em

que deixou por Testamenteros ao Capitam Joam Pais Rodriguez e a Miguel de Arruda, e ao alferes Joam da Costa Aranha deixou por sua alma sem missas- Deixou a Domingas bastarda, e a Maria carijo, e a Catharina livres de toda a administraçam deixou mais huns officios por sua alma. Em fe de que fis este de minha letra e sinal a vinte e seis de Março de mil, e setecentos e trinta annos.

“Felix Nabor”.

Nota 12: ACDJ, Lº nº 1 de casamentos de brancos de Itu (1703-1728), fls. 43-v:

“Lorenço Cardozo de Negreros filho de Estevam Cardozo de Negreros e de sua molher Mariana de Miranda ja defunta se recebeo¹²³ por palavras de prezente com Mariana Leite filha de Bertholameo de Anhaia e de sua molher Maria Leite prezente mim Felix Nabor vigarjio aprezentado desta igreja e o Capitam Antonio Antunes com Paulo de Anhaia Anna Ribeira com Joanna de Almeida todos moradores desta propria villa aos dous de junho de mil e setecentos, e desasseis annos.

“Felix Nabor”.

Nota 13: ACDJ, Lº nº 1 de batizados de Itu (1698-1721), fls. 119:

*“Estevam filho de Lourenço Cardozo e de sua molher Messia Cardozo foi baptizada por mim Felis Nabor vigarjio encomendado desta igreja. Foram padrinhos o Capitam Estevam Cardozo, e Anna de Campos a dezoito de Agosto da sobredita era (*corria o ano de 1711).*

“Felis Nabor”.

Nota 14: ACDJ, Lº nº 2 de casamentos de brancos de Itu (1728-1741), fls. 16 e 16-v:

“Estevão, e Maria

“Aos dous dias de Dezembro de mil e setecentos, e trinta e hum annos se receberão matrimonialmente por palavras de prezente Estevão Cardozo de Negreiros filho de Lourenço Cardozo de Negreiros e de sua molher Mesia Cardoza ja defuntos moradores nesta villa de Utú e della naturais: Com Maria de Sampayo filha de Jozeph Pompeo de Almeyda, e de sua molher Roza de Sampayo ja defuntos todos naturais, e moradores desta mesma Villa; perante mim Padre Miguel Dias Ferreyra Vigario da Vara, e desta Matriz encommendado: forão testemunhas Francisco de Sampayo, e Pedro Dias Ferraz, os quais se assignarão commigo neste termo, que fis de minha letra e Signal no mesmo dia, mes, e anno ja declarados neste mesmo termo.

“Padre Miguel Dias Ferreyra”.

“Francisco de são payo”

“Pedro Dias Ferras”.

¹²³ Por falha do vigário, não se registrou que o noivo era viúvo.

.....
Nota 15: ACDJ, Lº nº 3 de óbitos de Itu, fls. 168:

“Estevão Cardoso nº 1276

“Aos doze dias do mês de Junho de mil Setecentos e Setenta, e nove annos, falleceo da vida prezente nesta villa, Estevão Cardozo de Negreiros, cazado com Maria de São Payo, de idade de SeSenta e quatro annos: Recebeo os Sacramentos neceSsarios, e fez testamento, em que nomeou por testamenteiro a seu filho Jozé de Campos: deixou oyto miSsas de Corpo prezente, e quarenta por sua alma, Sinco a Senhora do Carmo, Sinco a Senhora do Rozario: deixa o remanescente da Sua Terça a sua mulher: Seu corpo foi Sepultado na Capella dos Terceiros do Carmo, amortalhado no habito da mesma Ordem, onde era Irmão, Recomendado por mim.

“O Vigário Manoel da Costa Aranha”.

.....

Nota 16: ACDJ, Lº nº 2 de batizados de Itu, fls. 165:

“LourenSso

“LourenSso filho de Estevão Cardozo e de Maria de Sampayo foi Bauprtizado aos dezaSete dias do mes de abril de mil e Setesentos e trinta e Seis annos por mim Manoel da Costa de Andrade Vigario Collado nesta Igreja de noSsa Senhora da Candellaria de Itu e logo lhe pus os Santos oLeos na forma e o Rito da Igreja forão Padrinhos Pedro Vas Justiniano e Izabel de Sampaio filha de Joseph de Sampaio e para Constar fis este aSento.

*“Manoel da Costa de Andrade
 “Vigário”.*

.....

Nota 17: Arquivo da Paróquia de Pirenópolis (igreja matriz de N.Sª do Rosário), Goiás, Livro de Casamentos (1768-1795), fls. 43-v:

“Lourenço Cardozo

“Aos treze dias do mes de Abril do anno de mil Setecentos e setenta he nove annos em casas de morada E fazenda chamada do Bayao de Antônio de Godoy Moreira destrito desta Freguezia de NoSa Senhora do Rosario de Meia ponte celebrão o Santo Matrimônio Com palavras de presente com presensa do padre Coadjutor Carlos Franco Torre por liCenSa minha Lorenço Cardozo Leite de Negreiros filho legitimo de Estevão Cardozo de Negreiros de Maria de Sampayo, natural e bautizado na Villa de Hitu Bispado de Sam Paulo Com Maria Leite de Araujo filha legitima de Antônio de Godoi Moreira e de Ana de Siqueira Leite natural e bautizada na Freguesia de Santa Cruz, deste Bispado, e moradores nesta Freguesia feitas as deligenCias que a Igreja determina Sendo testemunhas prezentes os abaixo aSinados de que para constar fis este aSento.

*“O Vigário Antonio Francisco
 “antonio valego
 “João da Costa
 “Antonio de Gouvea Pacheco.”*

.....
Nota 18: Arquivo da Paróquia de Pirenópolis (igreja matriz de N.S^a do Rosário), Goiás, L^o nº 6 de óbitos (1803-1816):

“Antonio de Godois Moreira

“Aos dezasete de Março de mil oitocentos e cinco faleceu com todos os Sacramentos Antonio de Godois, homem branco viúvo, com um testamento Solenne; seu Corpo foi amortalhado em habito de S. Francisco, e conduzido na Tumba da Irmandade das Almas, sendo acompanhado pela dita Irmandade, e pela Irmandade do SantiSsimo, e pelo Reverendo Parocho e mais Sacerdotes, que se achavão presentes, e foi Sepultado no quinto Andar das Sepulturas desta Matriz, onde e se lhe fis a Encomendação do costume, e para constar fis este aSsento.

“O coadjutor Joaquim Gonçalves Dias Goulão”.

.....

Nota 19: ACDP, L^o nº 1 de óbitos de Rio Claro, fls. 42-v (lançado após abril de 1839):

“Dona Maria Leite de Araújo

“Aos vinte e nove dias do mês de Março de mil oitocentos e trinta e nove annos da crumbatahi (Corumbataí) faleceo Dona Maria Leite de Araujo de noventa annos mais ou menos viúva faleceo de Estupor Com todos os Sacramentos involto em Abito do Carmo Sepultado dentro da Igreja reComendado Solenemente de que tudo para Constar fis este aSento.*

“O Vigário Manoel Roza de Carvalho Pinto”.

.....

Nota 20: ACMSP, códice 1-2-17, L^o de casamentos da Sé de São Paulo, fls. 173-v, quando se estava a lançar o ano de 1805:

“O Tenente Estevão Cardozo e D. Francisca Emilia.

“Aos quatro de oitubro de mil oitoCentos e quatro na Igreja de Santo Antônio desta Cidade Com licença, Sem impedimento, e Com a Provizão Se receberão por palavras de presente o Tenente Estevão Cardozo de Negreiros natural do Arayal da meia ponte em Guyaz, filho de Lourenço Cardozo de Negreiros, e Sua molher Dona Maria Leite de Araujo, e Dona Francisca Emilia Rodrigues de Almeida, natural desta Cidade de Sam Paulo, filha do Capitão¹²⁴ Manoel Rodrigues Jordão e Dona Anna Eufrozina da Cunha; forão testemunhas os Capitão Francisco Pereira Mendes, e o Capitão Manoel Rodrigues Jordam, e logo receberão as bençoens, e para Constar fis este aSsento.

“Antônio Joze de Santa Anna Pinto”

.....

Nota 21: Manoel Rodrigues Jordão e suas irmãs D. Maria Hipólita, D. Ana Vicência, D. Francisca Emília, D. Escolástica Jacinta, D. Gertrudes Angélica e D. Antônia Fausta Ro-

¹²⁴ O pai do Brigadeiro Jordão faleceu no posto de *tenente*.

drigues de Almeida, todos naturais da cidade de São Paulo, fizeram prova de justificação de nobreza¹²⁵. Eram filhos do Alferes Manoel Rodrigues Jordão e de sua mulher D. Ana Eufrosina da Cunha; netos paternos de Manoel Rodrigues Jordão e de D. Maria de Mendonça; netos maternos de Manoel José da Cunha e de D. Maria de Lima de Camargo. O Alferes Manoel veio justificado ao Brasil, com instrumento de justificação de nobreza corrida a 18 de fevereiro de 1781 na vila de Figueiró dos Vinhos, distrito de Leiria, Portugal; mostrou ser natural da dita vila de Figueiró dos Vinhos, irmão inteiro de João Mendes de Almeida, então assistente na vila de Santos, capitania de São Paulo, e filhos de outro Manoel Rodrigues Jordão e de sua mulher Maria de Mendonça; netos paternos de Manoel Simões Jordão e de Antônia Rodrigues, moradores no lugar denominado a Redinha; netos maternos de Domingos Mendes e de Maria de Mendonça, naturais da vila de Figueiró dos Vinhos. A sentença favorável, a 4 de abril de 1807, conferiu-lhes o brasão com um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Rodrigues, no segundo as dos Mendonças, no terceiro as dos Cunhas, e no quarto as dos Limas.

.....
Nota 22: ACDJ, L° n° 4 de óbitos de Itu, fls. 243-v:

“D. Francisca Augusta Rodrigues

“Aos des dias de Fevereiro de mil oitocentos e nove annos falesceo da vida prezente Donna Francisca Augusta Rodrigues branca cazada com o Tenente Estevam Cardozo de Negreiros, de idade de quarenta annos com sacramentos, de parto, com o officio solenne e foi sepultada na Ordem terceira do Carmo, para onde foi levada com acompanhamento.

“O Vigr° Jozé do Rego Castanho”.

.....
Nota 23: ACDJ, L° n° 260, de casamentos de Itu (1804-1815), fls. 119-v:

*“Aos (*está em branco no original) dias do mes de Fevereiro de mil oitocentos e treze nesta Matriz de Itú digo nas Casas de Rezidencia do Capitão Ignacio Xavier Paes em minha prezença, e com Provizão do Excelentíssimo e Reverendissimo (sic) Senhor Bispo Dão (sic) Matheos de Abreo Pereira feitas as deligencias do Estilo e tãobem em prezença das testemunhas o Tenente Elias Antônio Pacheco, e do Alferes Luciano Francisco Pacheco Se receberão por marido e mulher na forma da Santa Igreja o Capitão Estevão Cardozo de Negreiros Viuvo por falecimento de Dona Francisca Augusta Rodrigues, e Dona Barbara Paes de Almeida filha legitima do Capitão Ignacio Xavier Paes, e de Dona Antônia de Arruda netta por parte Paterna do Alferes Antônio Pompeo Paes e de Dona Rita de Campos, e pela materna de Lourenço de Almeida Prado, e de Dona Maria de Arruda todos desta Villa de que fis este aSsento que aSsignei com as testemunhas.*

“O Vigario Collado Antônio de Pinna e Vasconcellos”.

.....
¹²⁵ ANTT, Arquivo dos Feitos Findos, Processo de Justificação de Nobreza, letra M, maço 28, documento n° 26, ano de 1805, de Manoel Rodrigues Jordão; Archivo Heráldico- Genealógico, pelo Visconde de Sanches de Baêna, volume I, 507.

Nota 24: Sobre o Sargento Mor Inácio Xavier Paes de Campos escreveu o Dr. Paula Leite¹²⁶:

Foi possuidor de grande estatura física, tanto na altura como na abundância de robusta carne, era um tipo de homem que chamava a atenção em qualquer reunião onde se apresentasse pelo seu extraordinário tamanho, bastante superior aos mais altos, era talvez o maior ou dos maiores habitantes de Itu, era digno espécime de seu bisavô colateral o famoso Padre Estanislau de Campos que era considerado o maior homem da capitania de São Vicente em seu tempo. Certa vez viu-se obrigado a ir ao Rio de Janeiro com o fim de tratar de assuntos que reclamavam sua presença na capital. Mui corpulento e pesado de corpo subia um dia de calor uma rua da cidade todo suarento e demonstrando fadiga, quando a certa distância notou que de um negócio ao lado saiu um moço caixeiro que vendo-o entrou no armazém donde saiu conduzindo um banco então em uso e chamado tamburete e prazenteiro e sorridente ofereceu-lhe para que tomasse um descanso, que foi aceito, mas em seguida indagou se lhe permitiria fazer uma pergunta, obtida resposta afirmativa, indagou — com que alimenta V^{ra} S^{ga} em sua terra? O Sargento Mor, franzindo as sobrancelhas, respondeu-lhe com abóboras e não me aborrega.

Ainda por esse mesmo tempo em que achava-se o Sargento Mor no Rio de Janeiro muito bem tratado e como de costume hospedado em casa de um negociante atacadista a quem levava carta de boa recomendação, coincidiu andasse se exibindo ao público um pigmeu chamando concorrência pelo seu porte excessivamente diminuto. Seu hospedeiro convidou-o a fazerem uma visita ao pigmeu com a qual o Sargento Mor não anuiu; mas a senhora do amigo tanto insistiu que conseguiu convencê-lo e foram todos ao lugar da exibição, tendo porém tido o cuidado de enfronhar de antemão ao pigmeu como deveria receber o gigante que viria em sua companhia. Ao penetrar o grupo na sala o pigmeu fez-se de apavorado, procurando esconder-se temendo a presença do gigante, mas foi pelos circunstâncias acalmado, pois que apesar de gigante era um indivíduo pacato, inofensivo, de boa índole. Porém, sentindo-se o Sargento Mor deslocado em tal sociedade, deliberou retirar-se e dirigindo-se ao pigmeu disse: eu não sou homem de meias medidas e sei bem que tudo isto é fingido, mas pondo a mão no bolso tirou uma moeda de cobre das então em circulação do valor de dez réis, que era quanto custava a entrada e deu sinal de entregá-la ao pequeno que demonstrando medo, estendeu os braços, recolheu a moeda, mas ato contínuo, dirigindo-se ao Sargento Mor, disse-lhe: o senhor dá uma moeda de dez réis para me ver, há de consentir porém que eu em troca pague duas de dez réis para ver o senhor, e o Sargento Mor, em meio de tremenda gargalhada dos presentes muito incalistado replicou, onde estou que não racho em dois aquela coisinha!

Nota 25: Sobre o Capitão Mor Estêvão escreveu Oscar de Arruda Pentead¹²⁷, em setembro de 1951, na Revista Idéia, um interessante artigo¹²⁸ sob o título “**Mais vale um capitão mor**”:

¹²⁶ BARROS, José de Paula Leite de. *Notas Genealógicas da Família Paula Leite*. São Paulo: Gráfica Paulista João Bentivegna, 1935, p. 155.

“Morava este venerando chefe numa casa no Largo da Matriz (onde hoje se encontra a residência do Dr. Epaminondas Colli), uma casa térrea, estilo da época, com seus enormes beirais e com grande área ao lado, descoberta, onde todas as tardes descansava o capitão mor, numa rede, aos acordes de seu inseparável violão.

“Conta-se que, certa tarde, à porta da Igreja Matriz, houve uma briga que se degenerou e envolveu a maioria dos presentes; a polícia estava impotente para acalmar os ânimos e o conflito crescia cada vez mais!

“Chamaram às pressas o Capitão Estevão, ele como sempre, repousava em sua rede.

“Solicito, deixa o violão e corre em mangas de camisa para a Igreja; ali chegando censura asperamente os exaltados, que com a sua presença se acalmaram, pondo fim à contenda; a sua personalidade impunha respeito! O povo, acatava-o.

“Satisfeito e sorridente, o capitão mor ao retirar-se disse em voz alta: ‘Mais vale um capitão mor em mangas de camisa que essa polícia aí armada’.”

Nota 26: Interessante “causo” colhido e narrado¹²⁹ pelo Dr. Zulmiro Ferraz de Campos, sobre o Tenente João Xavier de Negreiros (Inhô), em uma conferência no ano de 1927:

Temos notícia de que, há uns 60 em tantos anos, foram aqui executados, na forca, dois criminosos de morte. Um deles, branco, viera de Belém do Descalvado, onde matara a foifodas uma família composta de marido, mulher e dois filhos, depois de haver incendiado a mísera palhoça em que morava...

De João Xavier de Negreiros, o Tio Inhô, conta-se que quando o assassino de Descalvado foi preso, e depois condenado, este todo cheio de justa cólera, pela hediondez do crime, dissera em uma roda, que “se não houvesse carrasco ele estava pronto a servir no ofício, que queria mostrar ao criminoso como se vingava a morte de umas inocentes crianças e de mais duas pessoas, que havia de montar no cangote do bruto até fazer sair 2 palmos de língua; que só assim estaria satisfeita a Justiça.”

Ora, essas bravatas chegaram aos ouvidos do Coronel José Estanislau de Oliveira, comandante da Guarda Nacional; e, como ele muito bem conhecesse a alma pura, cândida, incapaz de fazer o menor mal a ninguém, do seu comandado o Tenente João Xavier de Negreiros, pensou em pregar-lhe uma peça. Nas vésperas do dia aprazado para a execução capital, eis que aparece em casa de Tio Inhô, um sargento armado e pede licença, com a continência do estilo, para entregar um ofício. Tio Inhô abre, lê o ofício, empalidece, fica agitado e sai dali para a casa de seu irmão Chico Mor. “Veja, nhô Chico, o Coronel Jica me destacou para eu comandar a escolta que tem de servir no enforcamento; eu não sou homem para ver nem matar um boi ou um porco e como é que me mandam assistir a morte de um homem! Não, não posso ir, absolutamente, e porisso venho pedir para ir falar com o Coronel Jica nomear outro oficial em meu lugar.” Nisto entrava o outro irmão Inácio Mor que ouvindo o caso, foi logo dizendo ao Tio Inhô:

¹²⁷ Morador em Rio Claro, historiador e genealogista, foi casado com uma descendente do Capitão Mor Estêvão Cardoso de Negreiros.

¹²⁸ Transcrito em *Rio Claro: Coletânea Histórica*. Piracicaba: Ed. Franciscana, 1977. p. 145.

¹²⁹ CAMPOS, Zulmiro Ferraz de. *Centenário de Rio Claro*. Rio Claro: Typ. Conrado. 1929.

“pois é, você é muito boca quente, vive contando prosa que queria ser até o carrasco, é bem feito, é bem feito!”. Enfim, o caso finalizou com a entrada da Coronel José Estanislau de Oliveira que, rindo-se, explicou a pilhéria que tinha feito. Tio Inhô foi para a sua fazenda, levou muitos dias aborrecido e não queria ouvir falar no ato da execução.

Nota 27: ACDJ, Lº nº 10 de casamentos de Itu (1834-1856), fls. 17:

“Lourenço Cardozo, e D. Antonia Eufrozina

“Aos vinte, e quatro de Maio de mil oitocentos, e trinta, e seis nesta Matris com Provição do Reverendo Vigario da Vara em minha presença e das testemunhas o Ajudante Joze Ferras Leite, e Francisco de Paula Leite se receberão por marido, e mulher Lourenço Cardozo de Negreiros, e Dona Antonia Eufrozina Correa Paxeco elle filho legitimo do Capitão mor Estevão Cardozo de Negreiros, e Dona Barbara Xavier, ella filha legitima do falecido Capitão Antonio Correa Paxeco e Dona Maria Xavier de Campos: estes dispensados do segundo gráu de consanguinidade ella freguesa desta, e elle fregues de Piracicaba.

“O Vigario Bras Luis de Pinna”.

“Jozé Ferrás Leite de S. Payo”.

“Francisco de Paula Leite”.

Nota 28: ACDP, Lº nº 2 de óbitos de Rio Claro, fls. 74-v:

“Lourenço Cardozo de Negreiros

“Aos nove de Dezembro de mil oitocentos quarenta e nove nesta Parochia falleceo confessado e umgido Lourenço Cardozo de Negreiros, com trinta e seis annos de idade, casado com Dona Antonia Pacheco; foi solennemente acompanhado pelo Clero presente, e recommendado por mim jás nesta Matriz.

“O Vigario Antonio Servulo d’Andrade”.

Nota 29: Continuação da representação familiar de Joaquim Corrêa de Negreiros (nº IX):

IX- JOAQUIM CORRÊA DE NEGREIROS deixou, de seu segundo casamento, com D. ESCOLÁSTICA FERRAZ, falecida em Lins aos 97 anos de idade, os seguintes filhos:

1 (X)- D. MARIA ELIAS DE NEGREIROS, solteira em maio de 1903.

2 (X)- DR. MAURO CORRÊA DE NEGREIROS, que segue.

3 (X)- D. FRANCISCA DE NEGREIROS, nascida cerca de 1888, solteira em 1903.

4 (X)- D. ALÍPIA DE NEGREIROS, nascida cerca de 1889, faleceu pouco depois de 1903 em Piracicaba, solteira.

5 (X)- DR. NEBRÍDIO DE NEGREIROS, nascido cerca de 1892. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi advogado na cidade de São Paulo. Casou-se com D. DULCE SIQUEIRA, sem geração.

6 (X)- D. MARIA DO CARMO, nascida cerca de 1895.

X- DR. MAURO CORRÊA DE NEGREIROS, nascido cerca de 1884. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi advogado na cidade de Lins. Casou-se a 30 de

junho de 1909 em Jaú, com sua parente D. HERMÍNIA LEME DO PRADO, filha de José de Almeida Leme do Prado e de sua segunda mulher D. Cacilda Gomes de Almeida Coelho. Foi seu filho primogênito:

- XI-** DR. JOAQUIM MAURO PRADO DE NEGREIROS, nascido a 19 de abril de 1910 em Jaú, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. Advogado em Lins, onde foi prefeito de 1948 a 1951. Em 1952 passou para São Paulo, onde abriu banca de advogado. Depois seguiu carreira jurídica no Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco). Casou-se com D. Maria Alayde Ferraz de Arruda, natural de Piracicaba, residente em São Paulo, filha de Bento Ferraz de Arruda Pinto e de D. Genny Ferraz de Arruda Pinto. Pais de:

1 (XII)- D. ANNA CHRISTINA FERRAZ NEGREIROS, advogada.

2 (XII)- DR. JOAQUIM ANTÔNIO FERRAZ NEGREIROS, que segue.

- XII-** DR. JOAQUIM ANTÔNIO FERRAZ NEGREIROS, nascido a 2 de setembro de 1944 na cidade de São Paulo, onde se casou a 19 de março de 1976 com D. Helen Borges de Arroxellas, nascida a 10 de julho de 1950 na cidade do Rio de Janeiro (RJ), filha de Afonso Arinos de Arroxellas e de D. Maryse Borges de Arroxellas. Formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é advogado na cidade de São Paulo. Pais de:

1 (XII)- D. KARINA DE ARROXELLAS NEGREIROS, nascida a 3 de março de 1977 na cidade de São Paulo, onde é estudante de psicologia na Universidade Paulista (UNIP).

2 (XII)- D. CAROLINA DE ARROXELLAS NEGREIROS, nascida a 3 de outubro de 1979 na cidade de São Paulo, onde é estudante de direito na UNIP.

.....
Abreviaturas utilizadas neste artigo, além das mencionadas ao final deste volume:

ACDJ: Arquivo da Cúria Diocesana de Jundiá.

ACDP: Arquivo da Cúria Diocesana de Piracicaba.

AHRC: FERRAZ, J. Romeu. *Álbum Histórico de Rio Claro*. São Paulo: Typographia Hennies Irmãos. 1922.

HPQ: GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em quadrinhos*. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. 2 volumes. 1970.

Retratos ou quadros a óleo de quatro filhos do Capitão Mor Estêvão:



Comendador Francisco de Assis Negreiros (Chico Mor), nº 5 (VIII), p. 195.
Fotografia tirada¹³⁰ pelo Arquivo Histórico Municipal de Rio Claro de um quadro a óleo existente na Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro, da qual foi fundador.

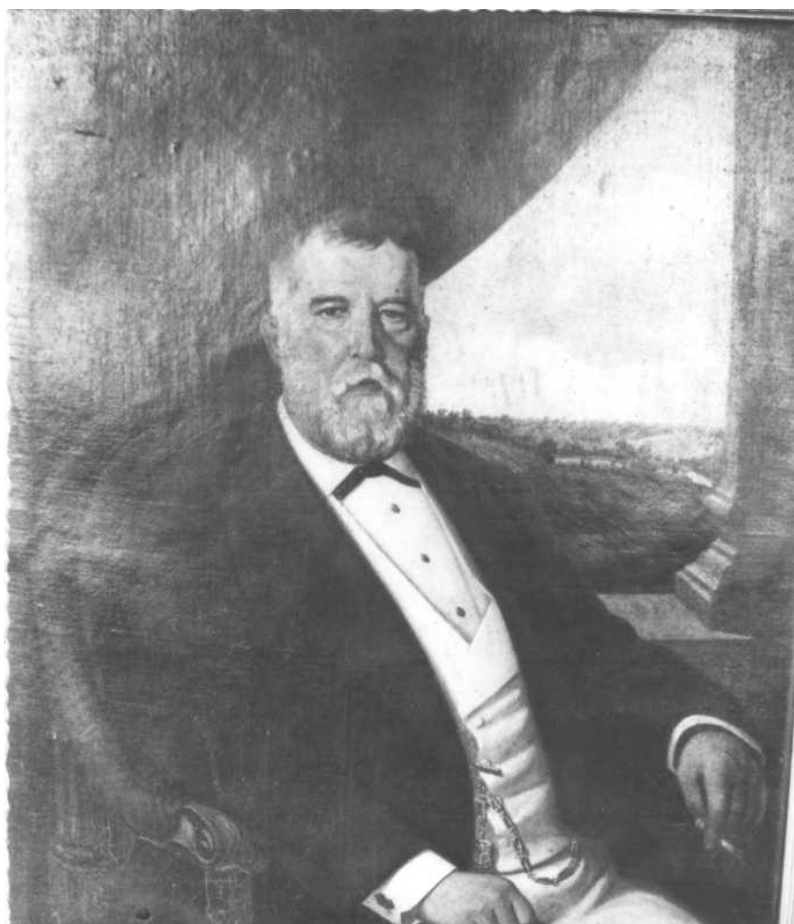


¹³⁰ Agradeço à amiga e historiadora de Rio Claro, Dra. Dolores Dirce Gimenez.

Antônia Isabel de Negreiros, nº 8 (VIII), p. 196.



Inácio Xavier de Negreiros, nº 3 (VIII), p. 194.



João Xavier de Negreiros, nº 6 (VIII), p. 196, em um quadro a óleo com a assinatura de E. Torrini (1879), doado por Roberto Negreiros Szabo (seu bisneto) e Guiomar Gonçalves Szabo ao Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”, em Rio Claro¹³¹. À direita do retratado se vê a sua fazenda.

¹³¹ Agradeço a gentileza de D. Maria Antonieta Casab, responsável pelo Museu.